



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

JUCIARA HORÁCIO SILVA

**O PAPEL DO CUIDADOR ESCOLAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO
EDUCACIONAL**

**MAMANGUAPE/PB
2024**

JUCIARA HORÁCIO SILVA

**O PAPEL DO CUIDADOR ESCOLAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO
EDUCACIONAL**

Trabalho de Conclusão de
Curso-Monografia, apresentado
ao Curso de Pedagogia do
campus-IV da UFPB.

Como parte de requisito para a
obtenção de título de graduação
em Pedagogia.

Orient. Profa. Dr^a. Francymara
Antonino Nunes de Assis.

MAMANGUAPE/PB

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586p Silva, Juciara Horácio.

O papel do cuidador escolar no processo de inclusão educacional / Juciara Horácio Silva. - Mamanguape, 2024.

80 f. : il.

Orientação: Francymara Antonino Nunes de Assis.
TCC (Graduação) - UFPB/CCAE.

1. Cuidador escolar. 2. Inclusão. 3. Educação especial. I. Assis, Francymara Antonino Nunes de. II. Título.

UFPB/CCAE

CDU 37.012

JUCIARA HORÁCIO SILVA

O PAPEL DO CUIDADOR ESCOLAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL

Trabalho de Conclusão de Curso-Monografia, apresentado ao Curso de Pedagogia do campus-IV da UFPB. Como parte de requisito para a obtenção de título de graduação em Pedagogia.

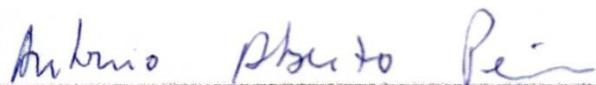
Banca Examinadora



Prof. Dr^a. Francymara Antonino Nunes de Assis – UFPB – Orientadora



Profa. Dr^a. Sabrina Grisi Pinho de Alencar – UFPB – Examinadora 1



Prof. Dr. Antonio Alberto Pereira – UFPB – Examinador 2

Mamanguape, 22 de outubro de 2024

A todos os cuidadores escolares do Brasil, em específico, os do município de Lagoa de Dentro-PB.

AGRADECIMENTOS

A priori, agradeço a Deus por ter sido o alicerce da minha jornada, não só acadêmica, mas de todas as que já trilhei nessa vida, pois nos momentos de fragilidade foi ele que me levantou e não me deixou desistir, ele me deu a sabedoria, saúde e discernimento para os estudos. Agradeço também a minha família: meus pais Juraci e Gisélia; irmãos Juricelly e Juciel e minha sobrinha Nadine Maria, pois sempre incentivaram meus estudos, e poder ser motivo de orgulho para eles é a minha maior felicidade.

A minha professora orientadora Francymara por ter se disponibilizado a me ajudar neste momento tão especial na minha vida, que é a escrita do TCC, sua figura foi fundamental para a realização deste trabalho.

A Aliedson, que com seu companheirismo e afeto sempre me aconselhou nos momentos difíceis e me mostrou o quanto sou capaz de realizar meus objetivos.

Aos cuidadores participantes dessa pesquisa, os quais confiaram em mim, e me compartilharam seus desafios e contribuições na profissão, e por fim, e não menos importante à minhas queridas e especiais amigas Brenda e Laíse, pois com elas vivi a amizade mais linda, elas sempre estiveram comigo desde o início do curso, conheceram minhas angústias, medos, anseios, juntas desenvolvemos uma parceria que irei levar para toda a vida.

LISTA DE SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado
CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil
DI- Deficiência Intelectual
EAD – Educação a Distância
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
LBI – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PB – Paraíba
PCD – Pessoas com Deficiência
PNE- Plano Nacional de Educação
PPP – Projeto político – pedagógico
TCC- Trabalho de Conclusão de Curso
TDAH – Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade
TEA – Transtorno do Espectro Autista
UFPB – Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Qual a sua formação? Como conseguiu a vaga para cuidador?.....	41
Quadro 2- Há quanto tempo trabalha nesse cargo?	43
Quadro 3- Qual o diagnóstico, série/turno e idade de seus educandos?.....	43
Quadro 4- Você sabe qual o papel do cuidador escolar? Se sim, explique.....	46
Quadro 5- Como os cuidadores contribuem para a inclusão e desenvolvimento dos educandos que necessitam de assistência?.....	48
Quadro 6- Quais materiais didáticos utilizam para ajudar os educandos?.....	53
Quadro 7- Como é seu relacionamento com o educando? Você consegue identificar possíveis sentimentos nele? (medo, raiva, alegria) Ao identificar como reage diante disso?.....	55
Quadro 8- Quais são as ações que você realiza na escola?.....	58
Quadro 9- Você acha que sua atuação no contexto escolar é confundida com a de um auxiliar de sala?.....	59
Quadro 10- Quanto você recebe atualmente trabalhando no cargo de cuidador escolar? Acha que o valor está bom? por quê?.....	61
Quadro 11- O município oferece formações contínuas para os cuidadores escolares? Acha necessário? Por quê?.....	63
Quadro 12- Os cuidadores se dedicam a se especializar e aprender mais sobre as especificidades dos educandos assistidos? Se sim, por quais meios?.....	65

Quadro 13- Quem é responsável pelo planejamento das atividades do educando com deficiência, você, o docente ou ambos?.....67

Quadro 14- Quais os desafios enfrentados pelos cuidadores no cotidiano escolar?...69

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Atividades lúdicas realizadas pela autora da pesquisa enquanto cuidadora escolar.....	50
Figura 2- Autora da pesquisa auxiliando nas atividades de sala enquanto cuidadora escolar.....	50
Figura 3- Autora realizando trabalho de conscientização enquanto cuidadora escolar.....	53

RESUMO

Este referido trabalho se construiu em volta das seguintes problemáticas: Qual é o papel do cuidador escolar no processo de inclusão educacional? Quais são os desafios e contribuições do cuidador escolar no processo de inclusão no município de Lagoa de Dentro-PB? Através destes questionamentos, este trabalho monográfico tem como objetivo geral: investigar a atuação do cuidador escolar na escola pública de Lagoa de Dentro-PB. Na busca de compreender a necessidade e surgimento dessa classe de trabalhadores da educação inclusiva, esta pesquisa tem como objetivos específicos: Conhecer as Políticas educacionais que orientam a educação especial na perspectiva da educação inclusiva; Identificar as contribuições e os desafios que os cuidadores escolares enfrentam no município de Lagoa de Dentro-PB; e Refletir sobre a atuação destes profissionais no âmbito escolar no município de Lagoa de Dentro- PB. Em relação a metodologia, essa pesquisa é qualitativa, ademais, para compreender a realidade do objeto de estudo, foi escolhido como instrumento para coleta de dados um questionário, o qual foi dirigido a cinco cuidadores da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professora Antônia Coelho Pereira, situada no município de Lagoa de Dentro-PB, os quais contribuíram significativamente mostrando suas realidades no trabalho. Essa investigação, na análise temática, trará a contribuição de vários autores que tratam deste objeto de estudo, a exemplo Batista (2021) e Silva; Oliveira (2020), os quais nos ajudam a identificar os desafios e contribuições desse profissional da educação na realidade estudada. Diante dessa trabalho científico, acerca do profissional do cuidador escolar, fica evidente a importância dele na inclusão dos educandos com deficiência e desvalorização de seu trabalho.

Palavras chave: Cuidador escolar. Inclusão. Educação especial.

ABSTRACT

This work was built around the following issues: What is the role of the school caregiver in the educational inclusion process? What are the challenges and contributions of school caregivers in the inclusion process in the municipality of Lagoa de Dentro-PB? Through these questions, this monographic work has the general objective: to investigate the role of the school caregiver in the public school of Lagoa de Dentro-PB. In seeking to understand the need and emergence of this class of inclusive education workers, this research has the following specific objectives: To understand the educational policies that guide special education from the perspective of inclusive education; Identify the contributions and challenges that school caregivers face in the municipality of Lagoa de Dentro-PB; and Reflect on the performance of these professionals in the school environment in the municipality of Lagoa de Dentro- PB. In relation to methodology, this research is qualitative, in addition, to understand the reality of the object of study, a questionnaire was chosen as an instrument for data collection, which was addressed to five caregivers from the Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professora Antônia Coelho Pereira, located in the municipality of Lagoa de Dentro-PB, who contributed significantly by showing their realities at work. This investigation, in the thematic analysis, will bring the contribution of several authors who deal with this object of study, such as Batista (2021) and Silva; Oliveira (2020), which help us identify the challenges and contributions of this education professional in the reality studied. In view of this scientific work, regarding the professional school caregiver, their importance in the inclusion of students with disabilities and the devaluation of their work is evident.

Keywords: School caregiver. Inclusion. Special education.

A inclusão acontece quando se aprende com as diferenças, não com as igualdades (Freire, 1998. p 108).

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. O CUIDADOR ESCOLAR NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE INCLUSÃO DE EDUCANDOS/AS COM DEFICIÊNCIA.....	21
2.1 Marcos legais da educação inclusiva no Brasil.....	21
2.2 Importância do cuidador no contexto escolar	33
3. REALIDADE DO TRABALHO DOS CUIDADORES ESCOLARES DE LAGOA DE DENTRO- PB.....	41
3.1 Conhecendo o perfil dos cuidadores escolares de Lagoa de Dentro-PB.....	41
3.2 As contribuições dos cuidadores escolares de Lagoa de Dentro-PB para a educação inclusiva.....	46
3.3 Desafios dos cuidadores escolares de Lagoa de Dentro-PB.....	57
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
5. REFERÊNCIAS.....	76
6. APÊNDICES.....	80

1. INTRODUÇÃO

Falar sobre o cuidador escolar possui um grande significado para mim, pois foi nessa área que atuei durante dois anos, em duas escolas públicas, no município de Lagoa de Dentro-PB. Graças a essa experiência pude me enxergar como profissional, amiga de meus alunos e principalmente como um ser humano inacabado, que aprende todos os dias com suas relações sociais e ressignifica, transforma o conhecimento.

O trabalho como cuidadora de crianças com Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), Deficiência Intelectual (DI) e um adolescente com Transtorno do Espectro Autista (TEA) fez-me visualizar o mundo de uma outra ótica, e embora o trabalho muitas vezes fosse desafiador, pude conhecer cada educando, suas personalidades, gostos, sentimentos, modos de agir, ritmos de aprendizagem, e através desse diagnóstico de observação pude realizar um trabalho único com cada um, me adequando as suas dificuldades e ajudando-os a vencê-las ou superá-las. Ser cuidador escolar é isso: é entrar no mundo desses sujeitos e deixar ser ensinado por eles, assim como você os ensina diariamente, é se permitir vivenciar momentos de aprendizado e construção de um ser humano mais humano, pois o que mais se vê hoje em dia são pessoas que olham apenas para si e se negam a olhar em volta e enxergar o outro com dificuldades. Nessa perspectiva, destaco que, embora esse apoio também possa ser ofertado aos estudantes com altas habilidades ou superdotação, este trabalho terá como foco o trabalho do cuidador escolar no processo de inclusão de crianças com deficiência.

A profissão do cuidador escolar, embora seja muito importante para garantir a inclusão social dos educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, ele enfrenta alguns desafios que muitos não entendem ou não enxergam, mas que o profissional vivencia durante a sua trajetória na escola. Foi por este motivo que escolhi me aprofundar na temática do trabalho do cuidador escolar, pois acredito que ele possui uma grande importância no processo de inclusão escolar da contemporaneidade, e que assim como o professor, convive com alguns desafios na profissão. Além disso, a disciplina de Política Educacional e Educação Inclusiva, ofertada no curso de Licenciatura em Pedagogia-UFPB (campus IV), também me impulsionou nessa curiosidade de compreender esse universo da inclusão.

Nos últimos anos, muitos debates foram realizados em relação a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, e como esta seria ofertada na rede pública de ensino, perpassando todos os níveis, etapas e modalidades, visando o atendimento preferencial de todas as crianças nas classes regulares e o atendimento educacional especializado para todas que dele necessitassem. No entanto, mesmo a sociedade atual, em sua maioria, compreendendo que a educação especial é uma modalidade importante e necessária para garantir a acessibilidade, a equidade e o direito ao ensino público subjetivo da pessoa com deficiência, ainda se encontram pessoas que não entendem, ou não veem sentido na inclusão de um estudante com algum tipo de deficiência no ensino regular, como se esses alunos não tivessem perspectiva de vida.

É importante salientar que esse tipo de pensamento não é atual, ele é reflexo de um passado marcado por preconceitos, discriminações e marginalização desses cidadãos, e que infelizmente se perpetuam até hoje. Pensamentos preconceituosos como esses, que desmerecem a pessoa com deficiência, só enfatizam o quanto essa modalidade da educação é indispensável para que haja respeito e valorização dos estudantes com deficiência, e nesse processo, alguns profissionais são importantes para garantir o desenvolvimento dos educandos no âmbito escolar, dentre eles está o cuidador. O cargo de cuidador escolar é mencionado em várias políticas educacionais, podendo ser encontrado como profissional de apoio especializado, apoio pedagógico, profissional da educação, acompanhante educacional, dentre outros, mas sempre seguindo essa ideia de que se inserem nos profissionais de apoio escolar. O documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) foi a primeira a tratar do termo “Cuidador”:

Cabe ao sistemas de ensino, ao organizar a Educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outros, que exigem auxílio constante no cotidiano escolar. (Brasil, 2008, p.17).

Assim, a criação do cargo de cuidador escolar surge pela necessidade de se ter um atendimento individualizado para os educandos com algum tipo de especificidade, pois mesmo havendo muitas leis e decretos em prol da educação especial, como a previsão de salas multifuncionais e Atendimento Educacional Especializado (AEE), se

faz necessário um profissional que acompanhe diariamente esse educando em sala de aula, ajudando em suas dificuldades. A presença do cuidador escolar é sinônimo de avanço para as instituições de ensino, pois ele contribui para que os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação não tenham seu processo de ensino e aprendizagem prejudicado em decorrência de suas peculiaridades, dessa forma é um agente da inclusão. Este profissional de apoio vai ajudar não somente os educandos nas atividades de sala, mas também nas demais dependências da escola, e principalmente como encorajador, ajudando diretamente na autoestima do aluno e em suas relações sociais.

Mas, ser cuidador escolar também é entrar no mundo desses sujeitos, buscando entender e respeitar suas decisões e ritmos cognitivos. Este profissional trabalha diretamente com o docente, através de um trabalho cooperativo, e juntos, mesmo que em funções diferentes, planejam estratégias e recursos para que o avanço aconteça. Ademais, ambos, cuidador e aluno, ensinam e aprendem juntos, e para isso, é importante que seja construída uma relação horizontal, onde a amizade e o diálogo estejam presentes na rotina, fazendo com que o educando possa depositar confiança em seu cuidador e saber que esse profissional pode facilitar seu processo de ensino e aprendizagem.

O auxílio desse profissional só foi possível mediante o novo olhar da sociedade para os educandos da educação especial, e na atualidade é direito da pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação possuir esse acompanhante de apoio. Desse modo, pensando nesse profissional que se insere nas instituições de ensino da contemporaneidade, este trabalho se dará em torno das seguintes problemáticas: **Qual é o papel do cuidador escolar no processo de inclusão educacional? Quais são os desafios e contribuições do cuidador escolar no processo de inclusão no município de Lagoa de Dentro-PB?**

A partir destas questões buscamos compreender como esse profissional atua e quais são os maiores desafios enfrentados nas escolas públicas de Lagoa de Dentro/PB. O Objetivo Geral foi assim definido: **Investigar a atuação do cuidador escolar na escola pública de Lagoa de Dentro- PB.** Os Objetivos Específicos são definidos da seguinte forma: **Conhecer as Políticas educacionais que orientam a educação especial na perspectiva da educação inclusiva; Identificar as**

contribuições e os desafios que os cuidadores escolares enfrentam no município de Lagoa de Dentro-PB; Refletir sobre a atuação destes profissionais no âmbito escolar no município de Lagoa de Dentro- PB.

A inquietação que me move para compreender essa realidade social é resultado do desenvolvimento da criticidade. A criticidade é o que faz o ser humano enxergar o mundo de uma outra ótica, visualizando problemas recorrentes e atuando, pessoal ou coletivamente, na busca por soluções para saná-los, transformando assim, aquele determinado contexto. É pensando nessa intervenção que as pesquisas científicas são realizadas, e em se tratando de impasses educacionais, a pesquisa qualitativa é a mais indicada. Minayo afirma que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com o nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (Minayo, 1994, p.21).

Esse tipo de metodologia de investigação, como o nome já define, preocupa-se com a qualidade dos dados e não com a quantidade, por isso ela é tão importante para compreender os problemas do sistema educacional, pois o pesquisador, ao utilizá-la, não se limita conhecer apenas dados quantificáveis, mantendo-se distante do objeto estudado, mas a vivenciar o objeto, por esse motivo, a pesquisa em questão será de abordagem qualitativa. É importante salientar que as pesquisas em educação sempre levarão o pesquisador a construir conclusões inconclusas, visto que o ser humano está constantemente se modificando, e ao analisar uma problemática em um caso específico, este não pode generalizá-lo para todas as situações e casos, pois cada região, cidade e comunidade escolar possuem realidades distintas, pessoas distintas.

Como instrumento para coleta de dados da pesquisa foi utilizado um questionário para cinco cuidadores escolares da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professora Antônia Coelho Pereira, situada no município de Lagoa de Dentro- PB. A escolha desse instrumento de coleta se deu pelo fato de se fazer mais viável mediante a rotina de trabalho dos participantes, pois a maioria deles trabalha 40 horas semanais, por este motivo, optaram por ser um questionário, pois, segundo eles, poderiam responder com calma nos seus lares. Já a escolha desse município,

instituição e sujeitos de pesquisa se deu pelo fato de serem respectivamente o lugar que resido atualmente; a primeira instituição na qual trabalhei como cuidadora e pude me desenvolver enquanto profissional de apoio; e sendo a maioria dos entrevistados, meus primeiros colegas de profissão.

O instrumento de coleta de dados foi direcionado aos cuidadores de forma individual e organizado com perguntas relacionadas ao papel desse profissional no processo de inclusão educacional e na caracterização do trabalho desenvolvido na escola. Após a primeira ida à escola e consentimento dos participantes, ocorreu a segunda visita, na qual foi entregue o questionário de forma impressa, ademais, não houve quaisquer dificuldades para esta coleta de dados. A análise dos dados se deu através da observação e interpretação reflexiva das respostas dos cuidadores. Na análise temática, a partir de vários autores que tratam deste objeto de estudo, identificamos os desafios e contribuições desse profissional da educação na realidade estudada.

Além da introdução, que delinea de modo amplo as razões da escolha do tema, os objetivos e caminhos teórico-metodológicos, este trabalho foi dividido em dois capítulos, seguidos das considerações finais, que se organizam conforme indicamos sucintamente a seguir.

No primeiro capítulo (*item 2*), nomeado *O cuidador escolar no contexto da política de inclusão de educandos/as com deficiência*, serão abordados os principais marcos legais da educação inclusiva no Brasil, marcos importantes que preveem a inserção do cuidador na escola. Este capítulo é necessário no sentido de mostrar ao leitor o processo delineado para a construção de uma escola contemporânea equitativa, que valoriza a inclusão de todos os alunos independentemente de qualquer condição, todavia, este capítulo dará mais ênfase aos alunos assistidos pela educação especial, visto que nosso objeto de estudo se insere no ambiente escolar mediante esta modalidade. Outrossim, será explanado, de forma mais específica, a importância do cuidador no contexto escolar e os principais marcos legais para sua inserção neste ambiente; e por fim, serão abordadas as políticas de inclusão e o trabalho do cuidador escolar no município de Lagoa de Dentro-PB, buscando compreender sua ação pedagógica e desafios no contexto estudado.

O segundo capítulo (*item 3*), nomeado “*Realidade do trabalho dos cuidadores escolares de Lagoa de Dentro- PB*” apresentamos uma discussão mais aprofundada sobre os resultados da pesquisa de campo com os cuidadores da Escola Municipal de

Ensino Infantil e Fundamental Professora Antônia Coelho Pereira, desvelando os desafios desse grupo e suas contribuições para a inclusão dos educandos da modalidade da educação especial. Em seguida, apresentamos as *Considerações finais*, na qual buscamos refletir sobre as questões e problemas levantados na pesquisa.

2. O CUIDADOR ESCOLAR NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO DE EDUCANDOS/AS COM DEFICIÊNCIA

2.1 Marcos legais da educação inclusiva no Brasil

A profissão do cuidador escolar se constituiu mediante a necessidade da inclusão dos educandos com dificuldades na escola, mas antes de entendermos a atuação desse agente da inclusão e seus desafios, se faz necessário compreender como essa profissão surgiu, ou seja, entendermos os marcos legais da educação inclusiva, que foram responsáveis pela mudança da educação brasileira. Tal concepção inclusiva desencadeou os debates que ressignificaram o papel da educação especial e possibilitaram a criação do cargo de cuidador escolar, este último reflexo de todo esse processo histórico educacional.

O ambiente escolar muitas vezes é visto como o lugar de primeiro contato das crianças com a sociedade, logo, esse ambiente deve prezar pela inclusão de todos. Na escola inclusiva, que acolhe e valoriza as diferenças, os alunos compreendem a sociedade na sua totalidade, percebendo que a mesma é formada por diversidades, sendo elas de natureza étnico-racial ou de condições físicas e cognitivas, e com isso se tornam mais capazes de desenvolverem o respeito, que é fundamental para a construção de boas relações. Martinz *et al*, no seu livro *Inclusão: compartilhando saberes* (1999), trata sobre o papel da escola inclusiva:

A escola, como espaço inclusivo, deve ter como desafio o êxito de todos os alunos, sem exceção. Assim, ao construir seu projeto político-pedagógico, inspirado nos princípios de inclusão, deverá contemplar em sua renovação pedagógica o respeito às diferenças. (MARTINZ *et al*, 1999, p.114).

De fato, a educação inclusiva, hoje, é uma concepção vista como necessária para o bom desenvolvimento do ambiente escolar, pois com ela o estudante que antes era segregado por sua cor da pele, deficiência, situação socioeconômica, dentre outras diferenças, passa a ser tratado com mais humanidade e respeito. Graças a essa ideia de inclusão, a sociedade compreende que todos são iguais em direitos, e devem ter acesso a uma educação equitativa e igualitária, sem quaisquer tipos de preconceitos ou discriminações em relação as singularidades dos educandos. É isso que a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (1996) defende no

seu artigo 3º no inciso I, que afirma: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I = igualdade de condições para acesso e permanência na escola;” (Brasil, 1996). Ao analisarmos esse artigo notamos que não basta apenas dar educação para todos, mas que todos possam permanecer nas instituições de ensino, desfrutando de boa infraestrutura, alimentação e profissionais que prezem pela empatia, porém, mesmo este documento normativo sendo de grande importância para o quadro da educação brasileira, ele não foi o primeiro a trazer o ideal da educação inclusiva para os sistemas de ensino. A Declaração de Salamanca (1994), marco internacional que influenciou fortemente o Brasil, já proclamava a necessidade da sociedade contemporânea de ter uma escola que valoriza as diferenças. A Declaração de Salamanca afirma que:

Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (Salamanca, 1994, p.9).

A Declaração de Salamanca (1994), documento resultante da Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada nos dias 7 a 10 de junho de 1994 na Espanha, apoiada nos princípios da Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos (1990), foi, sem sombras de dúvidas, um avanço muito importante para a história da educação inclusiva, e em específico, para o público da educação especial. O Brasil foi um dos países signatários da declaração, assumindo o compromisso de incluir todas as crianças, independente de suas dificuldades.

Se voltarmos o olhar para a história das pessoas com deficiências (PCD) perceberemos o quão marginalizadas e vítimas de um preconceito estrutural foram e ainda são. Gurgel (2007), em seus estudos sobre a história da pessoa com deficiência, mostra o quanto esses sujeitos sofreram violências próprias de seu tempo:

Platão, no livro A República, e Aristóteles, no livro A Política, trataram do planejamento das cidades gregas indicando as pessoas nascidas “disformes” para a eliminação. A eliminação era por exposição, ou abandono ou, ainda, atiradas do aprisco de uma cadeia de montanhas chamada Taygetos, na Grécia. (Gurgel, 2007, n.p).

Na mesma linha de estudos, Sasaki (2013) afirma: "Aquele que tinha

deficiência era tido como socialmente inútil, um peso morto para a sociedade, um fardo para a família, alguém sem valor profissional" (Sasaki, 2013, p.2). Essa forma de comportamento e pensamento eram comuns, e não havia sentimento de culpa ou até mesmo questionamentos a esse modelo de sociedade. Embora Sasaki não especifique o período histórico a que se refere quando afirma que as pessoas com deficiências eram tidas como inúteis, é inegável que esse preconceito estrutural ainda está presente no século XXI.

Mesmo havendo hoje mais conscientização e informação, ainda existem pessoas que reproduzem pensamentos que desprezam as capacidades das pessoas com deficiência. Essas ideias lamentavelmente pertencem a herança da humanidade. Progressivamente, esses sujeitos começaram a ser vistos como capazes, cidadãos de direitos ao estudo, ao trabalho, a desfrutar da sociedade como um todo.

Com a Declaração de Salamanca, esses sujeitos que antes não eram encorajados a acessar a escola regular, passam a participar ativamente e a serem valorizados neste ambiente. Citamos o exemplo das pessoas com deficiência como favorecidos por este documento, mas é evidente que a escola inclusiva beneficia todos os sujeitos, sejam eles negros, pobres, mulheres, homossexuais, dentre outras minorias, pois a escola deve acolher a todos igualmente.

No Brasil, a nossa atual Constituição Federal (CRFB) (1988), em sintonia com a Declaração de Salamanca (1994), defende enquanto direitos sociais a educação. Todos, sem exceção, devem acessar a escola, ou seja, com este documento normativo, as pessoas com deficiências que ainda encontravam dificuldades em participar do ambiente escolar juntamente com os demais, passaram a ser incluídas, e não apenas integradas. A Constituição Federal apontava para a progressiva superação do paradigma da integração, que estava previsto nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961), no Art. 88: "A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade" (Brasil, 1961). Como visto, essa diretriz atualmente revogada, utilizava o termo "excepcionais" para se referir as pessoas com algum tipo de peculiaridade, termo que carregava o peso da exclusão da sociedade. O paradigma da integração não era suficiente para a educação desse público, uma vez que nessa perspectiva o educando deveria se integrar a rotina escolar, o que reforçava o preconceito. No paradigma da inclusão, a escola é que precisa superar suas deficiências para prover educação de qualidade para todos. Integração e inclusão, embora sejam palavras

parecidas, possuem uma grande diferenciação.

A Constituição Federal (1988) se diferencia, pois esta defende em seu Art. 5º o seguinte: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade...”(Brasil, 1988), reforçando mais uma vez a importância da igualdade. Após a Constituição Federal (1988) foi criada a Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sob a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde. A referida lei institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências. Essa Lei foi muito importante no sentido de trazer inúmeros direitos as pessoas com deficiências como por exemplo: ter tratamento de forma especial em hospitais, atendimento domiciliar, caso não seja possível o deslocamento até a rede de saúde, direito a bolsas de estudo, merenda, material escolar, dentre outros, porém, o que chama a atenção nesta Lei é o fato do dualismo de vontades presentes nos seus Art. 2º (Parágrafo único), que defende enquanto direito das PCD: “a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência **capazes de se integrarem** (grifo do autor) no sistema regular de ensino;” e no Art. 8º, que determina ser crime contra as PCD : “I - recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência”.

Esses artigos são interessantes por que o Art. 8º afirma que é crime impedir esse público alvo de acessar a escola pública ou particular em razão de sua deficiência, ao mesmo tempo em que o Art. 2º, em outras palavras, afirma que a matrícula em instituições públicas ou privadas só será realizada mediante análise da condição física ou cognitiva do alunado, ou seja, analisar se este é capaz de se integrar a academia. Dessa forma, existe um dualismo de ideias e não há qualquer reflexão sobre o papel da escola de se adequar as singularidades dos alunos. Esta Legislação foi regulamentada pelo Decreto Nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999, porém, mesmo com esse dualismo, ela também foi uma ponte importante para a criação de outras mais atualizadas.

Posteriormente, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

(1990), ainda em vigor, que defende os direitos de todas as crianças e adolescentes em seu parágrafo único:

Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Brasil, 1990).

Este Estatuto deixa claro que atende a todas as crianças e adolescentes, independentemente de qualquer diferença, seja ela social ou física. É inegável a contribuição do ECA para a efetivação da educação inclusiva no Brasil, trazendo como finalidades da educação o pleno desenvolvimento do educando, o preparo para o exercício da cidadania, qualificação para o mundo do trabalho e também trazendo alguns direitos assegurados na educação escolar, como determina seu Art. 53, que afirma:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - direito de ser respeitado por seus educadores;
III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (Brasil, 1990).

O ECA foi importante também ao afirmar que os alunos com deficiência deveriam ter atendimento educacional especializado (AEE) preferencialmente na rede regular de ensino. Esses direitos defendidos pelo ECA são indispensáveis na garantia de uma educação pública subjetiva inclusiva de qualidade, pois como dito anteriormente, não adianta a comunidade ter apenas acesso às instituições de ensino, mas é necessário que essas instituições desenvolvam estratégias para que não haja a evasão, e que a permanência seja efetiva, pois se olharmos para a história da educação brasileira, esse problema da evasão escolar assola há muitos anos, e mesmo possuindo várias causas, esse problema pode ser causado por um ambiente escolar não acolhedor. Quando se constrói uma escola na qual os educadores não respeitam as diferenças dos educandos, onde o ensino é centrado nesses profissionais, o resultado é uma escola com altos níveis de repetência e evasão, em contrapartida,

uma instituição de ensino que preza pelo respeito e diálogo é emancipatória, promove um relacionamento horizontal no qual educadores e educandos podem aprender numa troca de saber constante.

Paulo Freire, na obra *Pedagogia do Oprimido* (2005), defende a educação inclusiva como propulsora de bons relacionamentos nas academias, valorizando a troca de experiências entre educador e educando. Esse relacionamento deve ser construído de forma harmônica, sem autoritarismo:

Desta maneira o educador já não é o que apenas educa, mas o que enquanto educa é educado em diálogo com o educando, que ao ser educado também educa, ambos assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os argumentos de autoridade já não valem, em que para ser se funcionalmente autoridade se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas. (Freire, 2005, p. 79).

É visando esse bom relacionamento que é recomendável que as instituições de ensino, tanto públicas como privadas, construam seus projetos políticos pedagógicos de forma que contemplem essa diversidade de sujeitos, sendo um projeto que esteja pautado na realidade da comunidade. A esse respeito, Carvalho (2019) defende que:

Muito mais que um plano, o projeto político-pedagógico pode ser considerado como a “carteira de identidade” da escola, evidenciando os valores que cultua, bem como o percurso que pretende seguir em busca de atingir a intencionalidade educativa. Espera-se que prevaleça o propósito de oferecer a todos igualdade de oportunidades educacionais, o que não significa necessariamente que as oportunidades sejam as mesmas e idênticas a todos. (Carvalho, 2019, p. 164).

Carvalho (2019) é feliz ao trazer a importância das escolas terem esse olhar para todos, mesmo que a sociedade no geral seja excludente. A escola deve ter organização que contemple a todos igualmente, pois é ela o primeiro ambiente, depois da família, no qual o educando vai vivenciar e compreender o sentido de conviver em sociedade, por isso, as escolas em parceria com as famílias, devem incentivar esse olhar crítico dos alunos para as diferenças, e mostrá-los que cada um tem o seu valor, e por isso não devem permitir qualquer tipo de situações vexatórias mediante seus jeitos de ser humano.

Após a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), outro marco que promoveu a educação inclusiva no Brasil foi a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (1996). Esta Lei foi importante para reforçar o compromisso

dos estados e municípios com a educação básica brasileira gratuita e obrigatória, dos 4 anos até os 17 anos de idade. Também cabe ressaltar que foi ela que trouxe pela primeira vez o termo modalidades da educação, modalidades essas que são reflexo dos debates e diálogos anteriores para a construção de uma educação regular equitativa, que contemple as características de todos os educandos. A LDB totalizou oito modalidades da educação brasileira, sendo elas: Educação de Jovens e adultos (EJA), que contempla jovens, mulheres, homens e idosos que não conseguiram concluir os estudos na idade própria, deslocando o horário das aulas para o turno noturno, mediante a necessidade desses educandos de trabalharem durante o dia.

A Educação Especial também se configura como modalidade na atual LDB, que afirma que os educandos com algum tipo de deficiência têm direito de participar preferencialmente do ensino regular. Ela diz:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar oferecido preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Brasil,1996,p.42).

Esta parte da Lei que trata sobre o atendimento preferencial sofre algumas críticas, pois mostra que se não for possível a inclusão do aluno com deficiência no ensino regular, este poderá ser direcionado para uma escola especial. Muitos autores criticam a formação de escolas especiais como se representassem um retrocesso da inclusão, no entanto, o nosso regramento legal permite a existencia dessas escolas, Gaio e Meneghetti afirmam:

Imersa nas contradições do movimento social, a explicitação, pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996, da possibilidade de implantação de serviços mais especializados na própria rede regular de ensino, juntamente ao anúncio da alternativa preferencial de ampliação do atendimento ao Deficiente na própria rede pública, pode significar a possibilidade de atendimento de pessoas com deficiências mais graves nas escolas do país e a efetivação da educação como direito público subjetivo. (Gaio; Meneghetti, 2012, p.39).

Com isso, a LDB (1996) mostra que a inclusão desses alunos nas classes regulares continua sendo a melhor forma de desenvolvê-los enquanto cidadãos de direitos, mas que, mediante situação do alunado, não é descartada a possibilidade de inserção desses em escolas especiais, visto que nessa Lei essas instituições especializadas também são importantes e não apartadas da concepção da educação inclusiva, se configurando como uma alternativa para formação desses educandos.

A concepção de educação inclusiva ainda é muito confundida com a modalidade da educação especial, visto que muitas pessoas acreditam que trabalhar com a inclusão de crianças, adolescentes e adultos diz respeito apenas a pessoas com deficiência, mas não, abrange todos os alunos independentemente de cor, raça, gênero ou deficiência. Logo, a educação inclusiva é uma concepção e a educação especial é uma modalidade da educação, destinada a atender seu público alvo, e situado entre essas duas vertentes está o cuidador escolar. Sua atuação está implícita no artigo 58 da LDB (1996), no inciso 1º desta Lei, transcrito a seguir: “Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela da educação especial”. (Brasil, 1996). Esta legislação foi a abertura para reflexões, questionamentos e debates em relação a necessidade de cuidadores estarem presentes nas instituições de ensino para atender o público alvo da educação especial, porém, só falaremos sobre isso mais adiante.

Uma outra modalidade é a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), destinada a capacitar os educandos para ocuparem futuras profissões, em resumo, prepará-los para o mundo do trabalho. A Educação Básica do Campo é uma outra modalidade, que como o nome já prevê, é destinada para aquelas pessoas que vivem no campo e desempenham atividades rurais, além disso, também há a modalidade da Educação Indígena, que valoriza os conhecimentos históricos indígenas, ciência, língua materna, tornando o ensino para essa comunidade mais significativo.

A Educação a Distância (EAD) é a modalidade que permite que educando e educador estejam distantes, mas ligados por tecnologias que permitem o diálogo entre os dois. É importante salientar que essa modalidade foi de extrema importância quando a pandemia do Corona Vírus se espalhou pelo mundo no ano de 2020 e as pessoas estavam incapacitadas de se deslocar até às instituições de ensino. Com isso, docentes tiveram que se adaptar a esse modelo de ensino e alunos também. A Educação Quilombola também é outra modalidade muito importante que acolhe aqueles que se identificam com essas comunidades, e por fim, tem-se a Educação bilíngue de Surdos, que atende as pessoas surdas, tornando o ensino mais agradável e adaptado para elas, valorizando a língua brasileira de sinais (LIBRAS) como a primeira língua e a língua portuguesa como segunda língua.

Através dessa explanação fica claro que a LDB (1996) foi uma das grandes responsáveis pela inclusão de todos os sujeitos no ensino regular, mostrando que não é o indivíduo que deve se adaptar à escola, mas ela é que deve se adaptar à

sociedade, seus vários sujeitos e interesses. Logo depois, um outro marco importante para a efetivação da educação inclusiva no Brasil foi a criação da Portaria Formativa Nº- 13, de 24 de abril de 2007, que dispõe sobre a criação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. O programa afirma em seu Art. 1º e Parágrafo Único que se destina a:

Art. 1º Criar o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais com o objetivo de apoiar os sistemas públicos de ensino na organização e oferta do atendimento educacional especializado e contribuir para o fortalecimento do processo de inclusão educacional nas classes comuns de ensino.

Parágrafo Único. A sala de recursos de que trata o caput do artigo 1º é um espaço organizado com equipamentos de informática, ajudas técnicas, materiais pedagógicos e mobiliários adaptados, para atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos. (Brasil, 2007).

A presença de salas multifuncionais nas escolas em muito contribuiu e vem contribuindo para o desenvolvimento dos educandos, que graças a esse programa fazem uso desse ambiente para desenvolver habilidades que até então em sua sala regular não haviam desenvolvido, sendo assim, mais uma conquista para inclusão dos alunos. Logo em seguida, foi instituída a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), documento que trouxe orientação aos sistemas de ensino para acolher todas as necessidades educacionais especiais dos alunos, garantindo:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (Brasil, 2008, p.8).

Este documento foi necessário, pois trouxe a importância do ambiente escolar estar adaptado para atender a demanda de alunos com deficiência, como por exemplo: possuir banheiros adaptados, rampas de acesso para cadeirantes, sala de atendimento educacional especializado (AEE), dentre outros. Esta política se destaca também no sentido de trazer a formação continuada para professores e demais profissionais da educação como necessária para o bom andamento do processo de

ensino e aprendizagem, pois de nada adiantaria ter escolas com salas de AEE ativas, salas que funcionam para desempenhar atividades suplementares ao ensino regular no contraturno, por exemplo, e não capacitar os profissionais que irão trabalhar nessas salas, seria um investimento em vão, os materiais estariam a disposição, mas os profissionais não saberiam manusear esses instrumentos, nem mesmo utilizar técnicas apropriadas. Ademais, os docentes das salas regulares sem formação não saberiam lidar com a diversidade de sujeitos e ritmos de aprendizagens, por isso é inegável que para se ter uma escola inclusiva é necessária uma rede de colaboração, estados e municípios conversando estratégias para que todo corpo pedagógico desempenhe suas responsabilidades com maestria, tudo em prol de um bem maior: a socialização, a aprendizagem e o pertencimento de todos os alunos a uma comunidade educadora. Carvalho (2019) defende que:

A formação continuada é uma das estratégias que nos permite desalojar o estatuído, substituindo-o por novas teorias e novas práticas alicerçadas em outra leitura de mundo e, principalmente, na crença da infinita riqueza de potencialidades humanas (as nossas e as de nossos alunos). (Carvalho, 2019).

Esta Política ficou conhecida também por trazer dois aspectos interessantes: defender que os assistidos da modalidade da educação especial têm direito ao acesso à educação por toda vida, se assim desejarem, e por trazer os marcos legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil, podendo qualquer cidadão e/ou pesquisador conhecer todo processo histórico por trás do modelo de instituição que temos hoje. Esta Política também foi necessária no sentido de explicar quais educandos pertencem aos quadros de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, e altas habilidades ou superdotação. Para este documento normativo, as pessoas com deficiências são aquelas que tem dificuldades físicas, mentais ou sensoriais, além disso é necessário que tais dificuldades sejam de longo prazo para que a pessoa seja considerada pessoa com deficiência.

Os educandos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam certas vontades diferenciadas dos demais educandos, como por exemplo, vontade de ficar em ambientes não tumultuados, possuem dificuldade na comunicação e socialização, e gostam de atividades com as quais já possuem familiaridade, se encaixando aqui as pessoas com autismo e psicoses infantis, e por

fim, os estudantes com altas habilidades ou superdotação que são aqueles que possuem alto desempenho em uma ou mais áreas do conhecimento.

Posterior a esta política, foi criada a Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. De duração decenal, foi outro marcante documento que, apoiado na concepção da educação inclusiva, fez a diferença na educação pública no Brasil, primeiramente por que trouxe as seguintes diretrizes: “II- universalização do atendimento escolar; III- superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;” reafirmando aqui o compromisso com a construção de uma escola cada vez mais acolhedora das diferenças do alunado. Além disso, este Plano Nacional de Educação determina 20 metas para serem alcançadas na duração de vigência do documento (10 anos), sendo a meta número 04 a Educação Especial. Para esta modalidade foi determinado o seguinte planejamento:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso a educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (Brasil, 2014).

Este plano por ter caráter inclusivo abarca toda comunidade escolar e determina metas para todos, desde a educação infantil até a formação dos profissionais da educação. Além de trazer diretrizes e metas, também traz estratégias para que tais metas sejam efetivadas, ao todo são 254 estratégias, 20 metas e 10 diretrizes, todas conversando em função de um sistema de ensino inclusivo, justo e equitativo.

E por fim, tem-se a Lei Nº-13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) (LBI). Esta legislação nada mais é do que a reunião de todas essas leis, debates e portarias anteriores, aqui ela deixa claro que as pessoas com deficiências têm os mesmos direitos que os demais cidadãos, e que a sociedade, como um todo, deve se adequar as especificidades desses indivíduos, não somente a escola. Que os ambientes públicos, transportes, empresas, dentre outros, devem oferecer acessibilidade adequada para que as PCD possam acessar a sociedade igualmente. Além disso, ela deixa claro que as pessoas com deficiência não são menos capazes

e podem, se assim desejarem, trabalhar em ambientes seguros para suas condições, construir família, participar da vida política, dentre outras atividades. Esta lei foi importante no sentido de dar mais autonomia para esses cidadãos, dar mais conhecimento sobre seus direitos e fazê-los compreender que não há barreiras que os impessam de ser quem eles quiserem ser.

É importante salientar que esta Lei trouxe também a necessidade de haver profissionais de apoio para assistir os educandos da modalidade da educação especial. Ela afirma no Art 28, inciso XVII, que é incumbência do poder público ofertar profissionais de apoio escolar, enquanto direito dos assistidos. No Art 3º, inciso XIII, explica o papel de um profissional de apoio escolar:

profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas. (Brasil, 2015).

Com esse regramento legal percebe-se que o profissional de apoio surge devido a necessidade da escola contemporânea e inclusiva de ter uma pessoa que acompanhe de perto e diariamente o desenvolvimento dos educandos da educação especial. É por esse motivo que o mesmo se diferencia dos demais profissionais da educação, pois aqui sua obrigação é fazer do ambiente escolar um lugar mais inclusivo para o educando, ajudando-o de perto em suas dificuldades rotineiras, tornando-se um agente facilitador e necessário para diminuir as dificuldades desse alunado. Este olhar sensível para o educandos com necessidades específicas, e a criação dessa categoria de profissionais foi fundamental para que estes alunos se sentissem pertencentes as instituições de ensino, encontrando na escola apoio necessário para que seu processo de ensino e aprendizagem não seja prejudicado em decorrência de suas limitações. A LBI também especifica quem são esses profissionais de apoio escolar, quais sejam: Professores para Atendimento Especializado, Tradutores e Intérpretes de LIBRAS, Guias intérpretes e Profissionais de Apoio, todos esses necessários para a efetivação da escola inclusiva contemporânea.

Logo, fica evidente que foi graças a esses marcos legais da educação inclusiva no Brasil que todos os alunos, independentemente de qualquer condição, passaram

a ter melhor atendimento nas instituições de ensino regular, tanto públicas como privadas, e também na sociedade como um todo, pois graças a concepção da educação inclusiva, que trouxe a ideia de respeito as diferenças, é que atualmente há diversas ações não ligadas a educação, mas a outras questões sociais de respeito ao outro, como por exemplo: o dia da conscientização do Autismo, e tantas outras causas sociais.

Como dito, todos esses marcos legais foram necessários para a construção de uma educação mais igualitária e mudança na sociedade, em especial esta última Lei, que insere os profissionais de apoio escolar, novos profissionais e cargos resultantes de todo esse aparato legal. Atualmente os cuidadores escolares estão presentes nas escolas, tendo suas funções definidas enquanto profissionais de apoio, e é talvez por esse motivo que o cuidador escolar ainda tem sua ação pedagógica pouco conhecida, pois a LBI é datada do ano de 2015, ou seja, é uma Lei recente, que trouxe não só os cuidadores escolares, mas todos esses demais profissionais de apoio, trabalhadores educacionais contemporâneos, ao novo cenário político pedagógico.

Em se tratando especificamente dos cuidadores escolares, como será que surgiu essa nomenclatura mediante o trabalho na linha de frente contra a segregação dos educandos? É sobre isso que iremos falar mais adiante.

2.2 Importância do cuidador no contexto escolar

Diante do exposto sobre os marcos legais da educação inclusiva no Brasil, percebe-se o caminho que foi trilhado em prol da mudança da educação e inserção dos cuidadores escolares, profissionais que não surgiram “do nada”, visto que tais regimentos legais já proclamavam sua necessidade, que é o caso da LDB (1996) que trouxe no artigo 58, no inciso 1º a seguinte afirmação: “Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela da educação especial” (Brasil, 1996). Com ela se tem o questionamento: que serviços de apoio especializados são esses? foi a partir dessa indagação que se começou a pensar nos profissionais de apoio para ajudar os educandos da educação especial, e dentre eles o cuidador e sua importância no contexto escolar inclusivo e contemporâneo.

A exemplo desse início de diálogo sobre os cuidadores escolares, tem-se a Lei 10.098 de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, que define no Art. 2º inciso V o termo “acompanhante” como: “– acompanhante: aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal” (Brasil, 2000). Este regimento legal traz a pessoa denominada “acompanhante” como necessária para a efetivação da acessibilidade, ou seja, desmistificando o pensamento comum de que a acessibilidade se limita a objetos adaptados para atender as pessoas com deficiência, logo, esta Lei foi de extrema relevância, pois mostrou que a acessibilidade também é sobre pessoas que estejam disponíveis, tanto em ambientes públicos como privados, para ajudar o indivíduo que necessita de atenção específica, no entanto, esta Lei ainda era uma definição muito ampla em relação ao cargo de cuidador escolar.

Por este motivo, O documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) tratou especificamente do termo “Cuidador” em:

Cabe ao sistemas de ensino, ao organizar a Educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outros, que exigem auxílio constante no cotidiano escolar. (Brasil, 2008, p.17).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva (2008) foi a primeira a trazer o quadro de profissionais de apoio, que mais adiante a LBI ampliou. O termo “Cuidador” aparece aqui pela primeira vez, determinando atividades típicas desse profissional, como o auxílio na higiene dos educandos, alimentação, locomoção, dentre outras atividades que este aluno necessitar, com isso, fica evidente que a compreensão de haver cuidadores nas instituições de ensino surgiu aproximadamente nesse período, ou seja, é um profissional contemporâneo, podendo ser esse o motivo de ainda haver pessoas que não entendem sua função na escola; e até mesmo os próprios cuidadores, que muitas vezes são escolhidos para esse trabalho mediante interesses políticos, e não são inteirados da legislação que define a profissão. Por essas razões sentem-se muitas vezes perdidos na função, ou não compreendem bem o seu papel, sendo facilmente

manobrados para outras atividades que não lhes dizem respeito, mas sobre isso discutiremos mais adiante.

Após essa Política, outros documentos foram surgindo e reforçando a necessidade dos cuidadores estarem inseridos no ambiente escolar, a exemplo do projeto de Lei nº 8.014-C, de 2010, organizado pelo senhor Eduardo Barbosa, na câmara dos deputados. Este projeto foi importante para que a presença do cuidador escolar, enquanto profissional de apoio, hoje, seja vista como um direito dos educandos com deficiência. Tal documento solicitou acréscimo de parágrafo ao Art. 58 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para assegurar a presença de cuidador na escola, quando necessário, ao educando portador de necessidades especiais.

Desse modo, o art. 58 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passou a vigorar acrescido do seguinte § 2º:

§ 2º Quando necessário para promover o atendimento educacional na escola regular, e em função das necessidades específicas do aluno, será assegurado ao educando portador de necessidades especiais a presença de cuidador no estabelecimento de ensino para atendimento das suas necessidades pessoais. (Brasil, 2010, p.2).

Este referido projeto de Lei também trata, em um de seus parágrafos, que o cuidador pode ser necessário para a garantia da educação inclusiva dos alunos com deficiência, visto que ele atua de forma individualizada (Brasil, 2010). Posteriormente, o decreto 7611 de 2011, que trata sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e outras providências, trouxe em seu Art. 1º, o dever do Estado na garantia de oito Diretrizes necessárias para a educação do público-alvo da educação especial. O decreto faz referência ao cuidador escolar em seus respectivos incisos:

V – oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
VI – adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena; (Brasil, 2011, n.p.).

Este decreto foi relevante no sentido de trazer novamente o apoio individualizado como importante para a garantia de uma educação inclusiva de qualidade, ou seja, um responsável, no caso o cuidador, que estaria disponível no

ambiente escolar para ajudar o educando que necessita de auxílio em atividades de sala de aula, ou nas dependências da escola, se concentrando especificamente nas dificuldades do educando e buscando formas de amenizá-las. Todavia, as palavras “medidas de apoio individualizadas” neste Decreto, podem sofrer algum tipo de interpretação diferenciada, pois podem pensar que o cuidador se aparta do relacionamento com os demais alunos da sala de aula, porém não é bem assim, este profissional vai sim trabalhar de forma individual com o aluno portador de necessidades especiais, porém sua outra função, como já explanado, é garantir a inclusão dos educandos com deficiência no ambiente, sendo ponte para a construção de boas relações e disseminador do respeito as diferenças.

Posteriormente ao Decreto supracitado, foi organizado o projeto de Lei do senado nº 228, de 2014, atualmente revogado, que alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para, quando necessário, assegurar ao educando com deficiência a assistência de cuidador nas escolas. Este Decreto além de ter reafirmado a importância do cuidador está presente na Legislação e escola, também trouxe parágrafos com informações importantes sobre o cargo de cuidador, destacando-se o § 6º e § 7º, que dizem:

§ 6º O cuidador escolar deverá ter como formação mínima curso técnico de nível médio em enfermagem ou em cuidados.

§ 7º O piso salarial dos cuidadores escolares é fixado em setenta por cento do piso salarial nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, para a jornada de quarenta horas semanais.” (NR). (Brasil, 2014, p.1).

Como observado, neste projeto de Lei, para o trabalho de cuidador escolar era exigido o Curso técnico médio em enfermagem ou em cuidados, e jornada de 40 horas semanais. Mesmo não estando mais ativo este documento, é evidente que os cuidadores não tem obrigação de conhecer técnicas especializadas, como os profissionais do AEE, nem mesmo de planejar atividades pedagógicas, como o caso dos professores, no entanto é interessante que estes profissionais da educação inclusiva tenham curiosidade de aprender sobre o quadro de seus alunos assistidos, e que a eles sejam ofertadas formações contínuas. Ademais, este projeto de Lei também tratou da contribuição do cuidador escolar para os Docentes:

Saliente-se que o professor não possui condições de trabalho que lhe permitam exercer essa função de cuidador. Assim, a disponibilização nas

escolas de cuidador para auxiliar aqueles que necessitam será fundamental para promover a inclusão dessas pessoas na rede regular de ensino e, conseqüentemente, garantirá o direito básico à educação tutelado constitucionalmente. (Brasil, 2014, p. 2).

É importante salientar que o cuidador escolar, embora seja a priori um apoiador do aluno com necessidades específicas, também se torna indiretamente um grande aliado do docente, pois diante desse parágrafo do Projeto de Lei supracitado, fica subentendido que se essa categoria de profissionais da educação não existisse, os professores, que já possuem uma sobrecarga de trabalho significativa, se encontrariam mais atarefados na assistência às peculiaridades dos estudantes no geral, e os alunos que já possuem altos graus de dificuldades poderiam ser prejudicados. Por essa razão, nada mais justo que criar o trabalho do cuidador para que esses educandos pudessem desfrutar de uma experiência de ensino e aprendizagem mais significativa e equitativa, porém, mesmo sendo aliado do docente, o cuidador não deve ter sua ação confundida com a dele.

Logo em seguida, o projeto de Lei nº 011 de 2016, organizado pelo Senado Federal e aprovado pelo plenário, ampliou o projeto de Lei anterior, e também contribuiu significativamente para o cargo de cuidador escolar, pois este finalmente cria e regulamenta as profissões de cuidador de pessoa idosa, cuidador infantil, cuidador de pessoa com deficiência e cuidador de pessoa com doença rara e dá outras providências, logo, podendo o cuidador dito “escolar” se enquadrar nos cuidadores de pessoas com deficiência, visto que sua ação nas academias se faz mediante a modalidade da educação especial.

Este documento legal, no Art.3º, monta um quadro de requisitos que os cuidadores em geral precisam apresentar para o exercício da atividade, sendo eles:

Art. 3º O cuidador deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

- I – possuir no mínimo dezoito anos completos, salvo na condição de estagiário ou aprendiz;
- II – haver concluído o ensino fundamental ou correspondente;
- III – haver concluído, com aproveitamento, curso de qualificação profissional, conforme disposto na Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, inclusive com formação inicial e continuada, organizado e regulamentado pelo Ministério da Educação, em consonância com o Decreto no 5.154, de 23 de julho de 2004;
- IV – não ter antecedentes criminais;
- V – apresentar atestado de aptidão física e mental. (Brasil, 2016, p. 2).

Como observado, neste documento normativo, para o exercício da atividade de cuidador no geral é necessário possuir ensino fundamental completo e cursos de qualificação profissional, ou seja, a contratação desses profissionais com base em seus conhecimentos acumulados. Além disso, mostra que pessoas com antecedentes criminais não podem exercer tal função, visto que podem ter caráter duvidoso. Outrossim, o inciso V também merece atenção quando fala que para ser cuidador é necessário ter aptidão mental, ou seja, profissionais, que diante das dificuldades saibam ser racionais, conduzindo situações conflituosas e sentimentos de forma saudável e profissional.

Em suma, todos esses documentos normativos foram e são importantes para compreendermos o trajeto delineado para a formação e cargo de cuidador que está inserido nas escolas regulares de todo o país, e diante de todo esse aparato legal, os Estados e municípios foram orientados a aderir e se preparar para a contratação desses novos funcionários que surgem mediante a educação inclusiva.

A exemplo, tem-se o município de Lagoa de Dentro-PB, que será foco deste trabalho científico. Nesta cidade foi criada a Lei nº 559/2020, que dispõe sobre o cargo de “cuidador da educação inclusiva” no quadro do magistério público do município de Lagoa de Dentro, estado da Paraíba, de provimento efetivo, e da outras providências, trazendo consigo algumas orientações sobre as atribuições deste trabalhador, contribuições, salário e carga horária de trabalho exigida, que não ultrapassam as 40 horas semanais, estando em conformidade com o projeto de Lei do Senado nº 228, de 2014. A referida Lei municipal trata em seu parágrafo único o seguinte: “Para o ingresso no cargo **de que** trata o art. 1º, *caput*, da presente Lei, será exigido o ensino médio completo, bem como a aprovação e classificação em concurso público”. (Brasil, 2020, grifo do autor).

Como observado, na cidade de Lagoa de Dentro-PB, para o cargo de cuidador escolar é exigido escolaridade no ensino médio, tal profissão foi regulamentada em 2020, ou seja, apenas há quatro anos, levando em consideração o ano da escrita dessa monografia. Com essa informação fica evidente que se os debates sobre esse profissional já eram recentes, sua organização pelos municípios são ainda mais, novamente podendo ser esse o motivo da incompreensão de sua função na escola, pois ainda é um profissional moderno. Nessa mesma Legislação se determina dezesseis atribuições para o cuidador, sendo elas:

Art. 4º As atribuições do cargo de CUIDADOR DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA, são as seguintes: 1) participar em conjunto com educadores, da execução e da avaliação das atividades; 2) acolher os alunos no horário de entrada e entrega dos mesmos ao responsável no horário da saída; 3) inteirar-se da proposta da educação infantil e do ensino fundamental, da rede Municipal de Lagoa de Dentro; 4) participar ativamente, no processo de adaptação dos alunos no ambiente escolar; 5) conhecer o processo de desenvolvimento do aluno, mantendo-se atualizado, através de leitura, encontros pedagógicos, formação continuada em serviços, seminário e outros congêneres; 6) auxiliar o educador quanto à observação de registro e avaliação do comportamento do desenvolvimento do aluno; 7) participar juntamente com o educador das reuniões com pais e responsáveis; 8) ajudar nas terapias ocupacionais e físicas, aplicando cuidados necessários aos alunos com deficiência; 9) cuidar, estimular e orientar os alunos na aquisição de hábitos de higiene; 10) acompanhar o recreio dos alunos; 11) observar e acompanhar os alunos durante o período de repouso; 12) cuidar do ambiente e higienizar os materiais utilizadas no desenvolvimento das atividades, organizando os objetos de uso pessoal e coletivo dos alunos; 13) acompanhar e auxiliar alunos com deficiência, no desenvolvimento de atividades rotineiras cuidando para que elas tenham suas necessidades básicas (fisiológicas e afetivas) garantidas; 14) higienizar e promover a independência do aluno, incentivando-o a iniciativa própria; 15) acompanhar e orientar os alunos nos horários de alimentação, estimulando a aquisição de bons hábitos alimentares, e incentivando-os a alimentar-se sozinhos; 16) acompanhar e orientar os alunos quanto a sua locomoção. (Brasil, 2020, p.1).

Como observado, o cuidador escolar nesse contexto precisa atender a responsabilidades que vão desde a entrada do educando na escola até sua saída. Todas essas obrigações são importantes, pois evidenciam a relevância desse profissional da educação contemporânea, mostrando, nesse contexto, que ele atuará não somente na higienização, locomoção e no apoio em sala de aula, mas em toda atividade que se fizer necessário sua presença enquanto cuidador de alunos com deficiências, participando ativamente de reuniões pedagógicas, fazendo cumprir a lei da gestão democrática que preza pela colaboração de todos da comunidade escolar, e buscando juntamente com o professor e gestão formas de melhorar a vivência institucional desses estudantes.

Como apreciado, este documento trata especialmente dos cuidadores ditos “efetivos”, porém através da pesquisa, observou-se que também há neste município uma Lei que permite a contratação temporária desses profissionais de apoio, sendo ela a Lei nº 42/2020, que permite a contratação de até 10 cuidadores para assistir educandos com deficiência nas instituições de ensino. Logo, fica evidente que tanto a Lei 559/2020, como a Lei nº 42/2020, são resultado de todas esses projetos de Lei e Decretos anteriores, nos quais se apontava a necessidade de haver cuidadores nas escolas brasileiras, com isso, nota-se que este município preza pela concepção da educação inclusiva.

Como já examinado, o cuidador escolar contribui significativamente para a educação do país, servindo para mitigar os desafios de sua clientela, mas será que tais profissionais possuem também seus desafios? será que eles sabem de sua importância? é sobre isso que iremos tratar mais adiante no capítulo *“Realidade do trabalho dos cuidadores escolares de Lagoa de Dentro- PB”*, onde será apresentada uma pesquisa realizada com uma amostra de cinco cuidadores escolares, contratados temporariamente, pela prefeitura municipal de Lagoa de Dentro-PB, buscando compreender as questões levantadas.

3. REALIDADE DO TRABALHO DOS CUIDADORES ESCOLARES DE LAGOA DE DENTRO-PB

Como já explanado, para se compreender a atuação do cuidador e seus reais desafios no âmbito escolar, se fez necessário uma pesquisa qualitativa com cinco cuidadores de crianças e adolescentes com deficiências da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professora Antônia Coelho Pereira, localizada na cidade de Lagoa de Dentro-PB. Este capítulo será destinado para desvelar o resultado da pesquisa de campo, onde trarei na primeira pessoa do singular, considerações e interpretações pessoais, vinculando tais dados com minha experiência na profissão.

Os participantes escolhidos para a pesquisa foram: Júlia de 30 anos, Diego de 22 anos, Guilherme de 20 anos, Ana de 26 anos e João de 32 anos. Em respeito à privacidade desses profissionais, os nomes apontados são fictícios, ademais, essa pesquisa prezarà pela originalidade das falas dos participantes, não havendo cortes e/ou correções ortográficas. Para uma melhor visualização e compreensão dos dados obtidos serão utilizados quadros. Os três primeiros quadros apresentados serão destinados ao conhecimento do perfil dos cuidadores e seus educandos na instituição escolar, os demais trazem as questões referentes aos objetivos da pesquisa.

Vale salientar que os resultados da pesquisa não devem ser generalizados, visto que este estudo terá como foco um contexto muito específico, qual seja, uma escola municipal de Lagoa de Dentro. Como já comentado anteriormente, o instrumento escolhido para coleta de dados foi um questionário que abarcou perguntas relacionadas a formação de cada cuidador, o que compreendiam de sua atuação, contribuição ao processo de inclusão, remuneração e os principais desafios que enfrentavam na profissão.

3.1 Conhecendo o perfil dos cuidadores escolares de Lagoa de Dentro-PB.

Em se tratando da formação desses cuidadores e como conseguiram ingressar no cargo, eles responderam: (ver quadro 1).

Quadro 1: Qual a sua formação? Como conseguiu a vaga para cuidador?

Participantes	Respostas
---------------	-----------

Diego	“graduando em Licenciatura em geografia, consegui através de acordo político”.
Guilherme	“Primeiramente não tivemos uma formação adequada para tal profissão, a proposta de emprego veio de um amigo que era servidor público. Atualmente faço o curso de pedagogia”.
João	“Formado em Farmácia, cursado em Neuropsicopedagogia. Minha vaga foi concedida pelo secretário da Educação do município de Lagoa de Dentro, no ano de 2023”.
Júlia	“Eu estou cursando pedagogia. Consegui a vaga de cuidador me candidatando diretamente na Secretaria de Educação.
Ana	“Tenho apenas 2º grau completo. A vaga apareceu, e me chamaram”.

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Diante das respostas dos cuidadores, notamos que todos possuem ensino médio completo, estando em conformidade com a Lei 559/2020, Lei dos cuidadores do município. Também é observado, que todos são contratados da prefeitura e quatro deles têm ou já tiveram contato com o nível superior de ensino, cursos esses ligados especificamente a área da educação, sendo eles: Curso de Pedagogia, Geografia e pós graduação em Neuropsicopedagogia, podendo esse último também ser ofertado em graduações referentes a área da saúde.

Júlia e Guilherme estão estudando especificamente o curso de Pedagogia, Diego o curso de Geografia e João possui pós-graduação em Neuropsicopedagogia, ou seja, profissionais que mesmo sem a dita “obrigação” de terem ensino superior, estão inteirados sobre o processo de ensino e aprendizado, dessa forma, podendo eles desempenharem um trabalho mais efetivo na vida acadêmica dos alunos com

deficiência. Em se tratando dos cuidadores que possuem conhecimento da pedagogia, pode ser que esses possuam maiores habilidades na convivência com crianças e adolescentes da modalidade da educação especial, pois esse curso abarca de forma mais profunda os desafios, métodos e técnicas para os anos iniciais do ensino fundamental, além disso, algumas universidades oferecem a educação especial como disciplina optativa ou obrigatória desse curso.

Ana é a única que não possui ensino superior, porém, isso não significa que sua atuação é menos valorizada que os demais, pois como mencionado, tal profissão exige apenas o ensino médio.

Para uma melhor visualização do perfil desses profissionais, foi questionado também há quanto tempo eles atuavam na profissão, (Ver quadro 2).

Quadro 2: Há quanto tempo trabalha nesse cargo?

Participantes	Respostas
Diego	“Trabalho há 2 anos”.
Guilherme	“Trabalho há 2 anos como Cuidador escolar”.
João	“Exerço essa função há dois anos no município de Lagoa de Dentro, na instituição de ensino Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professora Antônia Coelho Pereira”.
Júlia	“2 anos”.
Ana	“1 ano”.

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Diante dessas respostas, percebemos que os cuidadores da Escola Professora Antonia Coelho Pereira possuem um tempo significativo na profissão, sendo Ana a única que possui um ano na carreira, se tornando a mais recente no cargo. Após o conhecimento de suas formações e ingresso na profissão, foi perguntado sobre o diagnóstico dos seus alunos, idade e série que estudam, (ver quadro 3).

Quadro 3: Qual o diagnóstico, série/turno e idade de seus educandos?

Participantes	Respostas
----------------------	------------------

Diego	"o aluno da manhã, tive acesso ao laudo físico, na qual consta um AVC neonatal, atualmente eu trabalho na série de 6° ano (Matutino) e 4° ano (vespertino), ou seja, cuido de dois alunos, porém o da tarde é em outra escola. O aluno da manhã tem 11 anos.
Guilherme	"O diagnóstico dos meus alunos é Autismo severo e cuido de 2 alunos, um no turno manhã e outro no turno tarde. Meu aluno no turno manhã tem apenas 5 anos de idade, o do turno tarde tem 10 aninhos. Trabalho em 2 turmas: 5 Ano e Pré II".
João	"Autista e Deficiência intelectual na aprendizagem. Um dos educandos tem problemas de aprendizagem, sente muita dificuldade para aprender lê e escrever, porém, fazemos tarefas adaptadas de acordo com o grau da necessidade e assim, eles vão acompanhando de forma lúdica, tentando assim aprender de forma eficaz. Trabalho com 2 alunos; 1 no turno manhã e o outro no turno tarde. Um de 8 (oito) que está na 2° série do fundamental. E outro de 12 (doze) que está na 7° série dos anos finais do ensino fundamental.
Júlia	"autismo e perda parcial da visão, sou cuidadora de três alunos, manhã e tarde, eles tem 13 e 5 anos e estudam no sétimo ano e pré 2".

Ana	“Cuido de 1 aluno epiléptico no Turno da tarde. Ele tem 6 anos e está no 1º ano do fundamental”.
-----	--

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Diante das respostas desses cuidadores percebemos que a maioria possui jornada de trabalho de 40 horas semanais, apenas Ana trabalha 30 horas semanais. A maioria cuidando de mais de um aluno com diferentes deficiências e faixas etárias, fatos que tornam o trabalho ainda mais desafiador, pois estes profissionais precisam conhecer, em um curto tempo de 4 horas de trabalho por dia, características próprias de cada aluno e suas dificuldades, buscando a melhor forma de ajudá-los.

É importante salientar que esse fato de cuidar de mais de um educando com peculiaridades e faixas etárias diferentes, também ocorreu com minha pessoa enquanto atuava na profissão. Essa realidade fazia-me sentir, muitas vezes, exausta e perdida quanto ao melhor relacionamento e estratégias de inclusão, pois meus alunos tinham os seguintes perfis: Autismo (16 anos), TDAH (9 anos) e Deficiência intelectual (10 anos), diferentes sujeitos, realidades e séries, logo, se eu decidisse planejar uma atividade pedagógica com um determinado educando, muitas vezes essa atividade sofria alterações/ou era descartada por simplesmente não atender as peculiaridades dos demais, por isso acredito que cuidar de mais de um educando, tanto em um só turno como em dois, se configura um dos desafios dessa classe trabalhadora, visto que eles possuem um curto período de tempo para estudar o quadro de dificuldades e potencialidades desses alunos.

Diante desses dados introdutórios, foi possível conhecer um pouco do perfil dos cuidadores da Escola Professora Antonia Coelho Pereira. Funcionários que trabalham, em sua maioria 40 horas semanais, são contratados da prefeitura, cuidam de mais de um educando com peculiaridades e já possuem um tempo significativo na profissão.

Após esse conhecimento é hora de adentrarmos nos objetivos da pesquisa, por isso, nesse segundo momento iremos conhecer como esses cuidadores atuam na escola e contribuem para a educação inclusiva.

3.2 As contribuições dos cuidadores escolares de Lagoa de Dentro-PB para a educação inclusiva.

Sobre o papel do cuidador escolar, os participantes responderam. (Ver quadro 4).

Quadro 4: Você sabe qual o papel do cuidador escolar? Se sim, explique.

Participantes	Respostas
Diego	“sim, o papel do cuidador é dedicar tempo ao cuidando, e oferecer o máximo de atenção e paciência, para que repasse segurança e ganhe a confiança, para assim ter uma boa parceria, ofertando o conhecimento necessário a criança”.
Guilherme	“O papel de um cuidador escolar é dar auxílio a uma criança atípica, dando um reforço em seu aprendizado e dar apoio em seus estudos, para que ele possa aprender de uma forma mais individualizada sobre determinada disciplina”.
João	“Sim , ajudar o educando nas explicação onde ele se sentir com mais dificuldades no assunto abordado em sala de aula”.
Júlia	“Eu sei em tese que o cuidador seja um auxiliar para criança em seu ambiente escolar ou seja nas atividades de classe como também em suas necessidades especiais durante o período escolar”.
Ana	“Sim. Auxiliar e criar meios para que a criança assistida desenvolva as habilidades que são necessárias”.

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Nota-se que as respostas dos participantes sobre o papel do cuidador escolar convergem entre si, e dialogam com a Lei 559/2020, Lei dos cuidadores do município, e com o pensamento de Silva; Oliveira (2020). Esses autores afirmam que:

O cuidador escolar tem um papel fundamental na vida de um estudante com alguma deficiência física, intelectual e/ou transtorno específico. Tratando-se do novo perfil educacional, o cuidador escolar deve atuar em diversas atividades, auxiliando os discentes que precisam dos seus serviços, garantindo a inclusão no espaço escolar e avanços na aprendizagem destes sujeitos". (Silva; Oliveira, 2020, p.2).

Por isso o cuidador escolar é considerado um profissional de apoio, pois é esse o seu papel na escola, apoiar o educando individualmente em todas as atividades que ele necessitar, desde sua higiene pessoal, até sua inclusão nas dependências escolares, com isso, vimos que todos os participantes compreendem bem o papel de cuidador, porém as respostas de Júlia, Ana e Diego são as mais completas no sentido de descrever as ações desse profissional, pois os demais limitaram a atuação do cuidador ao auxílio nas atividades de classe.

Mas eis o questionamento: será que eles souberam do seus papéis mediante leitura da Lei 559/2020 ou por instrução de terceiros? essa indagação surgiu após a entrega e devolutiva do questionário respondido, por isso, entrei em contato com eles novamente para sanar tal dúvida, foi então que tive a confirmação: nenhum deles conhecia a Lei 559/2020, Lei importante que delinea as atribuições do cuidador no município em questão, o que pode indicar que eles só compreendiam seus papéis enquanto cuidadores escolares por que a gestão ou outras pessoas haviam lhes instruído no que fazer, ou mediante pesquisas pessoais, logo, esse foi um ponto importante a ser observado, pois no ato da contratação desses profissionais seria interessante entregar-lhes uma cópia para conhecimento dessa legislação tão importante e que norteia suas atuações na escola. Mesmo que a lei seja pública, pois todos podem ter acesso via internet, é admissível que nem todos os profissionais da educação inclusiva tenham conhecimento da informática, ou aparelhos habilitados para fazer essa navegação, por isso, a entrega de cópias impressas seria interessante. Pensando nessa informação e após a dúvida sanada, entreguei a cada participante da pesquisa uma cópia dessa Lei, para que posteriormente pudessem estudá-la.

Essa pergunta sobre o papel dos cuidadores foi pensada com o objetivo de entender como esses trabalhadores educacionais compreendiam as suas ações na escola, e dela desencadeou-se a segunda pergunta que é diretamente ligada as suas contribuições para o desenvolvimento da clientela da Educação Especial. (Ver quadro 5).

Quadro 5: Como os cuidadores contribuem para a inclusão e desenvolvimento dos educandos que necessitam de assistência?

Participantes	Respostas
Diego	“contribuímos, com práticas lúdicas, com desenvolvimento de atividades em grupos, e sempre conscientizando os colegas de classe, sobre as necessidades da criança que precisa de cuidados especiais”.
Guilherme	“Para a inclusão e desenvolvimentos dos educandos que necessitam de assistência, contribuímos com jogos educativos e atividades lúdicas”.
João	“No ponto de vista, contribuímos dando uma revisão no conteúdo da aula, ou seja, explicamos o assunto para tirar as dúvidas que o docente explicou, porém não conseguiu elucidar o assunto debatido na sala com a turma, que por sua vez fica em dúvida”.
Júlia	“Em primeiro lugar ajudamos a criança a obter autoconfiança em si mesmo e também no próximo, em segundo lugar, conseguimos aos poucos fazer com que elas desenvolvam suas habilidades sociais pelo convívio e vínculo que criamos. Só então nos tornamos capazes de auxiliar nas atividades

	escolares com efeito”.
Ana	“Sendo um facilitador, alguém que cria estratégias para a criança PCD se desenvolva”.

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Diante das respostas dos participantes é notório o quanto o cuidador se faz necessário no âmbito escolar para a garantia de uma educação cada vez mais inclusiva e equitativa. É possível analisar também que suas respostas se complementam, formando as ações do cuidador escolar que tanto contribuem para os alunos da Educação Especial.

Juntos trazem as seguintes contribuições do cuidador:

A) trabalhar com atividades lúdicas: a ludicidade é citada por Diego e Guilherme, e de fato ela torna o ensino aprendizado mais atraente para os alunos em geral, e em específico para os com peculiaridades. Rosembach; Rosembach; Bonfim (2022) afirmam que a ludicidade é importante para o aprendizado dos alunos da Educação Especial nos seguintes termos:

Entende-se que a ludicidade é uma importante ferramenta no processo ensino- aprendizagem da Educação Especial, é através dela que a criança pode representar suas sensações e emoções, pode-se afirmar que a aprendizagem dos alunos com deficiência processa-se de forma mais lenta, onde a criança apresenta maiores dificuldades na compreensão dos conceitos. (Rosembach; Rosembach; Bonfim, 2022, p. 4).

Logo, por se tratar de alunos com especificidades, é interessante que o professor e o cuidador conversem sobre estratégias de ensino e aprendizado ligadas a ludicidade, e como o cuidador é o profissional que está mais próximo do aluno com deficiência na escola, ele tem essa responsabilidade de analisar quais atividades e métodos do professor regente não tiveram bons efeitos no seu aluno e comunicá-lo, dessa forma juntos podem pensar formas de adaptar as atividades. O jogo citado por Guilherme também é muito importante para a vivência do aluno com especificidades na escola, pois muitas vezes, dependendo da sua deficiência, pode se sentir cansado ou até mesmo irritado do ambiente da sala de aula, logo o cuidador observando o comportamento do aluno, pode trabalhar aquele conteúdo através de um jogo, ou até mesmo para deixá-lo mais tranquilo, sempre dialogando com o professor da sala de aula, ou seja, o cuidador mesmo não tendo a obrigação de planejar atividades

pedagógicas, pode contribuir, se assim desejar, com essas ditas atividades ocupacionais lúdicas e educativas, visando sempre o bem estar e aprendizado do educando, atuando conforme o pensamento da participante Ana como um facilitador.



Atividades lúdicas realizadas pela autora da pesquisa enquanto cuidadora escolar

B) Revisão do conteúdo da aula: João diz que o cuidador escolar também é aquele que ajuda o aluno a sanar dúvidas sobre determinados assuntos das disciplinas, em resumo, auxilia nas atividades de classe de forma geral. De fato, essa se configura mais uma das contribuições desse profissional da educação inclusiva, pois com esse apoiador individual, o educando pode sanar dúvidas de forma mais prática em relação aos seus estudos, e o cuidador pode identificar essas dificuldades e ajudá-lo, não ficando o aluno somente no auxílio do professor regente.



e

Autora da pesquisa auxiliando nas atividades de sala enquanto cuidadora escolar

C) Desenvolvimento do sentimento de autoconfiança: Júlia traz a autoconfiança como sentimento trabalhado pelo cuidador escolar. De fato, este profissional não é um apoiador somente das atividades de sala, locomoção, alimentação ou higiene dos educandos, ele pode ser também um amigo, que percebe a aflição e pode aconselhar quando necessário. O cuidador, por ter um vínculo mais próximo com o educando na escola, pode perceber de antemão possíveis conflitos internos, sentimentos de inferioridade que surgem no aluno. Não significa que este profissional ocupará o lugar de um psicólogo, mas ter uma pessoa que percebe quando o aluno está se sentindo menos capaz, ir até ele conversar e mostrar que ele é capaz é de extrema relevância, principalmente por se tratarem de educandos da modalidade da Educação Especial, os quais em sua maioria já vivenciaram o preconceito da sociedade, ocasionando em baixa autoestima.

Enquanto cuidadora de um adolescente de 16 anos com Autismo vivenciei alguns momentos de fragilidade do mesmo, quando compartilhava comigo o sentimento de se sentir diferente dos outros pelo simples fato de ainda gostar de brincar com ursinhos de pelúcia e levá-los para escola. Diante de seu relato pude sentar com ele, conversar e buscar entender o motivo que o levou a se sentir daquela forma, após nossa conversa, mostrei a ele que todos possuem “hobbies”, atividades que fazemos por prazer ou lazer, e que ele não precisava ter os mesmos interesses que outras pessoas. Depois da conversa pude perceber que o mesmo ficou mais tranquilo. É importante salientar que ele preferiu compartilhar seus sentimentos comigo em vez do professor regente, mostrando mais uma vez a importância do cuidador na vida dos alunos com deficiência.

D) Conscientizadores da turma sobre as peculiaridades da clientela da Educação Especial: Diego diz que o cuidador é importante para dar informações a turma sobre as dificuldades dos alunos com deficiência. Com efeito este funcionário, por ter sua atuação na educação inclusiva e Educação Especial, pode explicar para a sala de aula as peculiaridades dos alunos assistidos por ele, para que não aconteçam falas ou comportamentos excludentes dirigidos aos alunos. A ação é necessária para que esse conjunto de pessoas compreendam a sociedade na sua totalidade, entendendo que a mesma é formada por diversidades, diferenças essas que devem ser respeitadas e valorizadas. Essa ação de informar os alunos da turma ou até mesmo a escola de forma geral sobre as peculiaridades dos alunos da Educação

Especial é importante também para o crescimento e fortalecimento do sentimento da empatia, Gaio; Meneghetti (2012), no livro caminhos pedagógicos da educação especial, falam da importância dos alunos apoiarem uns aos outros:

A cooperação cria laços muito fortes entre os alunos e propicia interações que encorajam os menos habilitados. Muitas vezes acontece a um aluno tutorado naturalmente por outro colega mais capacitado em uma matéria. Esse apoio espontâneo é mais um meio de se fazer com que a turma reconheça que cada um tem suas habilidades, talentos, competências, dons, facilidades para abordar o leque dos conteúdos acadêmicos. (Gaio; Meneghetti, 2012,p. 85).

Esse apoio da turma é fundamental para o desenvolvimento do aluno com deficiência, por isso o cuidador pode, em parceria com a gestão escolar e docente da sala, propiciar momentos de conhecimento. Enquanto pertencente a essa classe trabalhadora dos cuidadores escolares, pude realizar na Escola Professora Antônia Coelho Pereira e também em outra instituição escolar desse município, esse diálogo aberto com os alunos da turma sobre as especificidades de meus alunos. Esse diálogo foi realizado nos dias Mundiais da Conscientização do Autismo e do Transtorno de Déficit de Atenção/ Hiperatividade. Na ocasião, formei uma roda de conversa e expliquei os sintomas de cada um dos transtornos e reforcei a importância do respeito. Na Escola Professora Antônia Coelho Pereira, por se tratar de uma turma de adolescentes, não havia falas preconceituosas por parte deles, porém, percebi que havia um receio de fazer atividades em grupo com o meu aluno, ou seja, uma certa exclusão. Já na outra escola se tratava de crianças, e essas tinham comportamentos e falas mais explícitas de aversão. Após a roda de conversa percebi uma melhora de comportamento em ambas as turmas, por isso acredito que as contribuições do cuidador escolar são amplas, pois ele trabalha individualmente em prol do desenvolvimento de determinado aluno e também tem papel de disseminador do respeito e inclusão para a escola como um todo.



Autora realizando trabalho de conscientização enquanto cuidadora escolar.

E) Inclusão dos alunos com deficiência na escola: Júlia também fala que o cuidador escolar contribui para o desenvolvimento social do aluno. Certamente, essa é a contribuição que engloba todas as anteriores, pois o cuidador não é aquele profissional que limita o aluno a ficar somente em sala de aula, mas aquele que o incentiva a sair dela e socializar também com a escola no geral, conversar com os demais educandos, construir vínculos de amizade sem medo de mostrarem quem são. O importante aqui é tornar a vivência desse aluno significativa, para que ele possa enxergar no ambiente escolar um lugar de boas lembranças e boa convivência.

Logo, diante das respostas dos cuidadores participantes, fica evidente que esse profissional da contemporaneidade contribui significativamente para a educação inclusiva e Especial. Em suas respostas eles citam que o cuidador escolar contribui na vida do aluno por meio de atividades lúdicas. Pensando nessas atividades, indagamos especificamente sobre quais os materiais didáticos eles utilizavam para contribuir no desenvolvimento dos educandos atípicos.

Quadro 6: Quais materiais didáticos utilizam para ajudar os educandos?

Participantes	Respostas
Diego	“Utilizamos de jogos feitos manualmente com materiais recicláveis, materiais lúdicos em geral, jogos de quebra

	cabeça, jogos de sensibilidade utilizando superfícies de diferentes aspectos entre tantas outras”.
Guilherme	“Utilizamos vários materiais didáticos como: garrafas sensoriais, joguinhos que trabalham a coordenação motora, alfabeto móvel, quebra-cabeça, labirintos, joguinhos matemáticos entre outros”.
João	“ Os materiais didáticos são todos iguais, cabe a nós fazer a leitura silábica, ou fazer a leitura de uma forma com desenhos ou gestos, mas geralmente os alunos com necessidades especiais interpretam muito bem na escrita, dependendo do grau de sua deficiência”.
Júlia	“Os livros, cadernos e canetas”.
Ana	“Jogos e livros”.

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Como observado todos utilizam materiais didáticos para ajudar no ensino e aprendizado dos educandos. Diego, Guilherme e Ana utilizam com seus alunos jogos educativos, os jogos atualmente vêm sendo bastante utilizados nas metodologias de ensino, pois com eles várias habilidades podem ser trabalhadas de uma vez só. Araújo *et al* (2019) afirma que a brincadeira pode ser um facilitador para a Educação Especial:

Assim quando se fala de inclusão no âmbito escolar, trata-se de proporcionar ao aluno a oportunidade de estar incluído, compreendido ou participando daquilo que o sistema educacional oferece. Considerando que crianças com deficiência apresentam maiores dificuldades na aprendizagem e compreensão de conteúdo, o brincar surge como um meio facilitador de aprendizagem, onde a criança aprende de forma lúdica e divertida. (Araújo, 2019, p. 2).

Por isso, com base em Araújo *et al* (2019), é recomendado que o professor e cuidador atentem quanto ao ensino e aprendizado dos educandos com singularidades, pois muitas vezes as aulas expositivas da educação tradicional podem

não surtir efeito com esses alunos, por isso pensar em outras estratégias é necessário, e os jogos educativos, por terem uma apresentação mais alegre, podem despertar no aluno uma curiosidade a mais. É importante salientar que tais jogos educativos também devem se adequar a faixa etária, as peculiaridades dos estudantes e as habilidades que se quer alcançar com aquele jogo.

O cuidador João mostra que não há diferença entre os materiais que estão disponíveis para a educação regular e os que ele utiliza como cuidador, ou seja o material é uniforme para todos, cabendo a ele, nesse diálogo com o aluno com deficiência, fazer as adaptações e usar as estratégias que julga importante para melhorar sua aprendizagem. Já Júlia utiliza caneta, caderno e livros, não especificando se é o didático ou livros de histórias infanto-juvenil.

Após analisar os materiais didáticos que eles utilizam para ajudar no desenvolvimento dos educandos na escola, questionamos sobre como são os seus relacionamentos com os alunos assistidos, buscando detectar possíveis contribuições. (Ver quadro 7).

Quadro 7: Como é seu relacionamento com o educando? Você consegue identificar possíveis sentimentos nele? (medo, raiva, alegria) Ao identificar como reage diante disso?

Participantes	Respostas
Diego	“o meu relacionamento com ele é ótimo, o meu aluno não é verbal, então tudo é por gestos, por ser uma criança não alfabetizada, complica mais ainda, mas eu sempre consigo identificar o que ele quer me passar, e minha reação é sempre com algo lúdico, sempre dando o carinho e a atenção necessária para que ele se sinta confortável”.
Guilherme	“Nosso relacionamento é bem tranquilo e confiável, o que permite identificar os possíveis sentimentos e emoções nele, assim que percebido agimos com cautela e calma, para que o discente se tranquilize e veja que está tudo bem”.

João	“Muito bom, pois temos uma boa participação na sala. Sim consigo identificar, temos que agir de forma natural, ou seja, procurar saber o convívio em casa, muitas das vezes o motivo daquele temperamento, seja ele de raiva ou qualquer outra, é por causa de algo que se passa dentro de casa, como por exemplo: ficar sem acesso ao celular, que por sinal atrapalhar muito a vida do ser humano, exceto, se usado adequadamente, também percebemos no momento da alegria em que o educando chega com bom humor, entusiasmo, motivo de felicidade em ambas as partes”.
Júlia	“O de cinco anos passa por suas emoções muito rápido e por motivos bem simples, já os adolescentes geralmente chegam demonstrando algum tipo de emoção, geralmente uma única por dia, a solução é sempre a mesma: precisa estar calma para que eles sintam que podem relaxar”.
Ana	“Ótima. Consigo identificar os sentimentos dele, ele é uma criança pacífica, não apresenta nenhum grau de agressividade”.

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Diante da resposta desses cuidadores notamos que todos possuem bons relacionamentos com seus educandos, contribuindo assim para um melhor desenvolvimento destes na escola. A fala de Diego me chama a atenção quando ele

diz que mesmo seu aluno sendo não verbal, ele consegue compreendê-lo e acolher sua maneira de comunicação com carinho e respeito, visando sempre o conforto do aluno. Batista *et al* (2021) discorre sobre essa contribuição do cuidador:

O cuidador, muitas das vezes mais que o professor, tende a ter um contato de proximidade com o aluno que pode expressar seus sentimentos e necessidades de formas verbais e não verbais. Este profissional vai identificando sinais que o aluno passa para melhorar sua estada na escola. [...]. (Batista, 2021, p. 40).

Isso só enfatiza o quanto necessária foi a criação do cargo do cuidador escolar, este que modifica e torna tal ambiente mais inclusivo. Em conformidade com o pensamento de Batista *et al* (2021) Guilherme, João e Júlia falam que ao perceberem determinada alteração de comportamento nos alunos assistidos, tentam se colocar de forma pacífica, calma, pois isso corrobora para que o estudante se tranquilize mais rápido.

Ademais, João especificamente mostra em sua fala a importância dos cuidadores conhecerem o motivo que levou os educandos a demonstrarem tais sentimentos, visto que ao obterem essa informação podem intervir de forma mais empática e até mesmo, quando necessário, comunicar os responsáveis pela criança. É importante salientar também a importância dos cuidadores estarem em constante comunicação com os pais ou responsáveis pelo educando, inteirando-os não somente sobre o desenvolvimento escolar do aluno, mas também sobre possíveis conflitos, sentimentos, ou desafios, visando uma colaboração para melhoria da atuação.

Após analisarmos a compreensão dos cuidadores sobre os seus papéis na escola e suas contribuições, é hora de darmos mais um passo para conhecermos os desafios dessa classe trabalhadora, tais desafios serão analisados a seguir.

3.3 Desafios dos cuidadores escolares de Lagoa de Dentro-PB.

Para compreender os reais desafios dos cuidadores participantes da pesquisa, indagamos sobre as ações que eles vinham desempenhando na escola. Essa pergunta, embora parecida com algumas anteriores, se diferencia, pois aqui os cuidadores não irão falar sobre o que compreendem de seus papéis ou de suas contribuições para a Educação Especial, mas dizer exatamente como eles vêm desempenhando os seus papéis na escola campo da pesquisa (Ver quadro 8).

Quadro 8: Quais são as ações que você realiza na escola?

Participantes	Respostas
Diego	“sou cuidador, e quando o meu aluno não vem, eu fico como auxiliar na turma, ajudando na alfabetização de outras crianças”.
Guilherme	“Diversas ações são realizadas na escola, como por exemplo dar um suporte para os professores (com a turma em geral), mesmo não sendo a função de um cuidador”.
João	“Realizar pesquisas de forma teórica e na prática”.
Júlia	“nas atividades de classe como também em suas necessidades especiais durante o período escolar”.
Ana	“Ajuda a criança, com quem eu fico, e ajudo os outros alunos”.

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Ao observarmos os dados obtidos sobre as ações que esses cuidadores desempenham na escola, fica evidente uma semelhança nas respostas de Diego, Guilherme e Ana, quando afirmam que atuam como cuidadores de alunos com peculiaridades, e que a eles são também atribuídas outras funções que não condizem com seus cargos. Nesse caso, eles se transformam também em auxiliares de sala. Guilherme, por exemplo, deixa explícito que conhece bem as suas obrigações enquanto cuidador, e que mesmo assim, desempenha a função de auxiliar de sala.

Infelizmente, esse fato vem acontecendo com vários cuidadores escolares do Brasil, conforme aponta Batista *et al* (2021):

A excelência do trabalho dos cuidadores está de certa forma interligada às suas condições de trabalho e à forma como são vistos e tratados na escola, esses profissionais estão subestimados no processo educacional, ou seja, são inseridos no processo e não integrados, posicionamento este que deve ser mudado, pois também fazem parte do processo de formação do alunado escolar e, muitas vezes, o professor acaba delegando ao cuidador mais

responsabilidade do que lhe é de direito e que vai além da sua formação, em especial quando se trata de intervenções pedagógicas, abordagem, linguagem para cada deficiência ou transtorno específico. (Batista *et al*, 2021, p. 8).

Diante da fala de Batista (2021), fica evidente que há uma desvalorização do trabalho dos cuidadores escolares, pois os docentes e/ou gestão podem estar confundindo a ação desse novo funcionário da educação inclusiva. Esse fato pode estar acontecendo por se tratarem de trabalhadores modernos e que se inserem na escola enquanto profissionais de “apoio”, podendo esses profissionais da educação cometerem o erro de enxergá-los como aqueles que devem apoiar qualquer necessidade da escola. Essa é uma ideia equivocada, pois o cuidador deve colaborar com a atuação do docente em relação ao aluno com necessidades educativas especiais, ou seja, ele apóia o docente e educando, mas não tem obrigação de planejar atividades ou até mesmo de ter sua ação realizada igualmente a de um auxiliar de sala. Sua ação na escola deve ser especificamente ajudar na inclusão do aluno com peculiaridades, acompanhando-o durante a estadia escolar e auxiliando-o nas atividades de classe que o docente planejar, visto que o docente já possui uma demanda alta de alunos para atender.

Ainda sobre as respostas dos cuidadores, João e Júlia falam suas ações sem remetê-las a uma possível atribuição da função de outros profissionais da educação. Júlia diz que auxilia o educando na sala de aula e nas depêndencias escolares, e João que realiza pesquisas teóricas e práticas. Em um diálogo que mantivemos, ele me explicou que essas pesquisas teóricas dizem respeito ao quadro clínico do aluno, e a algumas atividades que ele deseja repassar, já a pesquisa prática é quando ele consegue observar se a atividade planejada por ele teve um efeito positivo na aprendizagem do aluno. O fato de estudar sobre as especificidades dos educandos é extremamente importante para que o trabalho desenvolvido seja mais eficaz.

Ainda sobre esse tema, questionamos de forma mais específica se eles compreendiam que seus trabalhos na escola eram confundidos com os de auxiliares de sala. (Ver quadro 9).

Quadro 9: Você acha que sua atuação no contexto escolar é confundida com a de um auxiliar de sala?

Participantes	Respostas
Diego	“sim, é confundida, pelo simples fato da

	super lotação das salas de aula, e do professor não conseguir dar conta de tantos alunos, com tantas diferenças em desenvolvimento, acabam pedindo o nosso auxílio em sala”.
Guilherme	“Na maior parte, somos confundidos como auxiliar de sala, pelo simples fato de estarmos sempre presentes e dispostos a ajudar nos aprendizados dos educandos.”
João	“Sim, porquê nós ajudar tanto o aluno no especial e colabora com o docente que está ali na sala fazendo a explicação do assunto abordado, desse modo, somos confundidos como auxílio de sala, de uma forma no geral ajudamos todos.”
Júlia	“Não acredito, eu acredito que essa função está agregada a função de cuidador, pois muitos acreditam que essa seja uma atividade que precisa ser complementada”.
Ana	“Sim. Porque ainda não estamos devidamente informados sobre o papel do cuidador na escola”.

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Observando as respostas de Diego, Guilherme, João e Ana é notório que há um entendimento de que não estão realizando o trabalho específico de cuidadores escolares. Infelizmente esse fato se concretiza como mais um dos desafios desses funcionários, que além de cuidarem de mais de um educando, ainda auxiliam o professor com a turma em geral.

Essa situação pode ocasionar a precarização do trabalho desses profissionais, visto que, como dito anteriormente, já possuem um tempo curto para conhecimento dos educandos com deficiência, tempo este, que como observado, é dividido também

com a turma em geral. Diego, em sua resposta, nos mostra que o motivo que o leva a ocupar a função de auxiliar de sala é devido a superlotação das turmas, dessa forma, o professor não consegue dar conta da alta demanda de alunos, pedindo assim sua colaboração. Infelizmente, a educação brasileira carece de investimentos, pois é de conhecimento comum que muitas escolas não possuem infraestrutura adequada, ou seja, um problema educacional que ocasiona muitos outros.

A resposta de Júlia também merece destaque, pois a mesma acredita que a função de auxiliar de sala está agregada a função de cuidadora. As autoras Silva; Oliveira (2020) afirmam que: “É importante que o profissional de apoio escolar saiba qual a sua função, para que possa desempenhar seu papel de forma eficaz, para a promoção de uma escola inclusiva”. (Silva; Oliveira, 2020,p. 2020), ou seja, é recomendado que o cuidador compreenda bem as suas responsabilidades na escola, para que o aluno com deficiência não venha a se prejudicar em seu desenvolvimento social e cognitivo, visto que por Lei tem o direito do acompanhamento individual.

Vale salientar também que todos esses participantes são contratados da prefeitura, esse fato pode desencadear, por parte dessa classe trabalhadora, um certo receio de perderem seus empregos caso não sejam cumpridas as exigências que a escola solicitar, podendo ser esse o motivo de não reivindicarem ou mostrarem descontentamento em relação a essas manobras que corroboram para a desvalorização desses profissionais.

E sabendo que esses cuidadores acabam desempenhando mais de uma função na escola, será que a remuneração que recebem em troca de seus serviços condiz com o trabalho efetuado? (Ver quadro 10).

Quadro 10: Quanto você recebe atualmente trabalhando no cargo de cuidador escolar? Acha que o valor está bom? por quê?

Participantes	Respostas
Diego	“Atualmente eu recebo um salário mínimo, o valor não está bom, não está justo, pelo simples fato dos enormes desafios, e como sempre a classe de profissionais da educação sempre sendo desvalorizada, então esperamos receber um bom reajuste e quem sabe até

	implantarem um piso salarial para nós os cuidados”.
Guilherme	“Atualmente o salário de um Cuidador depende da quantidade de turno trabalhado, por exemplo: Se você trabalha apenas um turno, você só recebe metade de um salário. Caso trabalhe 2 turnos, o salário é dobrado, logo passará a receber um salário-mínimo. O valor não é favorável, pois é muita responsabilidade e dedicação dada para o cargo”.
João	“Um salário mínimo, no meu ponto de vista, poderia ser melhor, por que o cuidador tem mais dificuldade de trabalhar com alunos com necessidades especiais, do que o próprio professor(a)”.
Júlia	“atualmente é meio salário mínimo para cada educando, não vou dizer que acho ruim pois estou trabalhando e pagando minhas contas graças a Deus e ao meu trabalho”.
Ana	“Eu recebo R\$ 600,00 reais. O valor não é condizente com o trabalho”.

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Como bem apontado pelos cuidadores Diego, Guilherme, João e Ana, o valor recebido pelos serviços ofertados na instituição estudada e no município não está favorável, pois segundo eles é muita responsabilidade para pouca remuneração. Guilherme explica que o valor varia de acordo com a carga horária trabalhada, ou seja, se o cuidador trabalha apenas um turno, esse recebe metade de um salário mínimo, 600,00 reais como bem especificado por Ana. Já o cuidador que trabalha dois períodos recebe o valor de um salário mínimo.

Ao analisar a Lei complementar 42/2020, Lei que autoriza a contratação de cuidadores escolares no município de Lagoa de Dentro-PB, em seu Art. 5º determina enquanto direito do cuidador o seguinte:

Percepção da retribuição contratualmente ajustada, em valor não inferior ao salário mínimo mensal, durante o período de contratação, inclusive observando a proporcionalidade do valor do salário mínimo mensal, na jornada de trabalho de 20 horas semanais. (Brasil, 2020, p.2).

Ou seja, para a remuneração dos cuidadores escolares, na cidade de Lagoa de Dentro-PB, é observada a proporcionalidade do trabalho desenvolvido, em resumo: o cuidador que trabalhar apenas um turno, seu contrato sofre o ajuste. Com esse dado percebemos que ainda é preciso um caminhar longo em relação a valorização dessa classe de profissionais da educação inclusiva, que infelizmente na prática e nesse contexto, são submetidos a um trabalho árduo e com remuneração insatisfatória.

Vale salientar que muitas vezes esses profissionais, por precisarem do emprego, acabam não percebendo a desvalorização, ou preferem não se posicionarem sobre isso, visto que necessitam do emprego como bem deixa claro a fala de Júlia quando diz: *“não vou dizer que acho ruim pois estou trabalhando e pagando minhas contas graças a Deus e ao meu trabalho”*.

Diante do desafio da baixa remuneração, perguntamos aos cuidadores se o município oferece capacitações contínuas para uma melhor e efetiva atuação no cargo (Ver quadro 11).

Quadro 11: O município oferece formações contínuas para os cuidadores escolares? Acha necessário? Por quê?

Participantes	Respostas
Diego	“Não oferece, é necessário sim, para nos ofertar uma melhor condição de trabalho, atualizando o nosso conhecimento para sabermos lidar com os desafios presentes e do futuro”.
Guilherme	“Infelizmente o município não nos oferece informações contínuas para essa área educacional, é, mas que necessário. Deveríamos ter informações

	e aulas sobre, pois trata-se do ensino e do desenvolvimento de crianças e adolescentes”.
João	“Não oferece, porém nós cuidadores estamos sempre atentos nas redes sociais, nos atualizando de forma proporcional, procurando nos qualificar fazendo cursos de aperfeiçoamento, no sentido de aprofundar no conhecimento dos assuntos de acordo com as necessidades do nosso educando”.
Júlia	“não oferece, e sim! Eu acredito que formações continuam seja de extrema importância, tendo em vista que ajudar o desenvolvimento de nossa criança seja uma de nossas responsabilidades como cuidadores”.
Ana	“não oferece, sim acho necessário, pois é através dessas formações que me atualizo” .

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Como pudemos observar, o município de Lagoa de Dentro-PB carece da oferta de capacitação profissional para os cuidadores escolares, e como bem os participantes colocaram, essas capacitações são necessárias para respaldar suas atuações e melhorar o cenário da educação inclusiva e Especial. Sobre a importância da capacitação dos cuidadores escolares Silva; Oliveira (2020) afirmam:

Na maioria das vezes, esse profissional chega as escolas e não conhece nada sobre deficiências; ter esse conhecimento certamente enriqueceria as suas práticas em contextos reais de atuação. Por mais que o acesso hoje seja deliberado á informação via internet, a maioria dos cuidadores escolares não tem consciência crítica da sua realidade e muitos não buscam se capacitar. Na verdade, muitos cuidadores não sabem de fato qual é o seu papel dentro do contexto escolar. (Silva; Oliveira, 2020,p.10).

Como bem apontado por Silva; Oliveira (2020), os cuidadores muitas das vezes podem não ter o conhecimento necessário para a convivência com educandos com

deficiência na escola, visto que para a atuação no cargo é exigido apenas o ensino médio completo, por isso tais formações são extremamente necessárias para que esses funcionários possam desempenhar seus papéis adequadamente.

Além disso, Silva; Oliveira (2020) também dizem que a profissão de cuidador escolar é ocupado em sua maioria por profissionais contratados, esse fato pode desencadear um certo descompromisso por parte das prefeituras em ofertar formações contínuas, visto que muitas vezes o interesse na contratação visa um apoio político. É importante salientar que a falta de capacitação pode acarretar nos cuidadores escolares um sentimento de incapacidade, de estarem perdidos na profissão, sentimento esse que experienciei durante minha atuação no cargo.

O participante João diz que mesmo o município não oferecendo formações, os cuidadores escolares buscam se capacitar individualmente, através de cursos de aperfeiçoamento. Pensando nessa informação, perguntamos a todos os cuidadores se eles procuravam se capacitar e por quais meios realizavam essa formação (Ver quadro 12).

Quadro 12: Os cuidadores se dedicam a se especializar e aprender mais sobre as especificidades dos educandos assistidos? Se sim, por quais meios?

Participantes	Respostas
Diego	“particularmente, eu sempre procuro formações para absorver mais conhecimento na área, e sempre busco por meio de sites e até mesmo pelo centro especializado, a funad, sempre busco as formações em EAD, por conta da facilidade’.
Guilherme	“Nós Cuidadores, nos dedicamos muito para o aprendizado do aluno, procuramos sempre nos informar por meio da internet e vídeos educacionais”.
João	“Sim, procuramos sempre se atualizar cada vez mais, por meio de sites de Universidades, que por meio de apresentações online, buscando novos

	conhecimentos sobre as necessidades dos nossos alunos , fazendo cursos de aperfeiçoamento, buscando conhecimentos para pôr em prática com o aluno em sala de aula”.
Júlia	“através de cursos via internet é possível sempre ampliar o conhecimento”.
Ana	“Sim. Por alguns cursos oferecidos pela internet”.

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Diante das respostas dos participantes percebemos que todos buscam se capacitar por meio da Educação a Distância (EAD), através de vídeos, cursos online, entre outros. A busca por formação é um ponto positivo observado nesses cuidadores, pois mesmo a prefeitura não disponibilizando formação continuada para o cargo, eles por conta própria buscam se inteirar sobre as peculiaridades dos educandos e sanar dúvidas que surgem no trabalho. Batista *et al* (2021) falam da importância do cuidador escolar buscar formações:

As necessidades de formação iniciam das situações de trabalho, ou do ambiente no qual estamos inseridos e são questões relativas as necessidades de determinado grupo ou apenas um indivíduo, e por meio destes anseios o indivíduo procura buscar formações/ capacitações para sanar suas necessidades e melhor auxiliar/ atender o aluno com deficiência e suas limitações frente ao processo educacional. (Batista *et al*, 2021,p. 8).

Como apontado por Batista *et al* (2021), as formações são importantes para que haja um melhor auxílio/atendimento ao educando com necessidades especiais na escola. Enquanto atuante no cargo de cuidadora escolar pude me deparar também com dúvidas frequentes no meu trabalho, essas me impulsionaram a procurar formação via internet. Sobre formações continuadas, a Lei 559/2020, Lei dos cuidadores do município de Lagoa de Dentro, afirma que é atribuição do cuidador: “conhecer o processo de desenvolvimento do aluno, mantendo-se atualizado, através de leitura, encontros pedagógicos, formação continuada em serviços, seminário e outros congêneres”(Brasil, 2020,p. 2), ou seja, essa Lei delega ao cuidador escolar a responsabilidade da procura por formações, não havendo nenhum artigo ou incisos que fale da obrigatoriedade do município perante essa oferta.

Embora a busca por informação seja necessária em qualquer profissão, é inegável que nem todos os trabalhadores possuem domínio no manuseio da internet e nem todos procuram se especializar na mesma proporção, dessa forma podendo haver cuidadores escolares mais e menos habilitados para a função. Ainda na procura de desvelar os desafios dos cuidadores escolares questionamos se eles eram também responsabilizados pelo planejamento das atividades dos educandos assistidos pela Educação Especial (Ver quadro 13).

Quadro 13: Quem é responsável pelo planejamento das atividades do educando com deficiência, você, o docente ou ambos?

Participantes	Respostas
Diego	“ambos somos responsáveis, porém, sempre sou eu que elaboro, o docente não consegue acompanhar o desenvolvimento da criança pelo fato da grande quantidade de aluno em sala, então essa missão é passada para mim”.
Guilherme	“O responsável pelo planejamento das atividades em teoria deve ser o professor, mas em muitas vezes, pesquisamos os materiais relacionados as disciplinas e já o levamos prontos”.
João	“Ambos , procuramos produzir atividades de acordo com cada educando que visamos que são capazes de obter bons resultados aplicado nas provas bimestrais”.
Júlia	“o professor. Nós cuidadores auxiliamos nas atividades”.
Ana	“A professora e eu”

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Sobre cuidadores escolares se responsabilizarem pelo planejamento das atividades do educando com deficiência, Batista et al (2021) afirmam:

Vale salientar que cabe ao cuidador auxiliar o estudante com deficiência ou transtornos globais do desenvolvimento em todas as situações já mencionadas, mas não deverá assumir os processos educacionais do educando, sendo esta uma função do professor. Compete ao cuidador o auxiliar nas atividades e não a realização destas para os estudantes; deve, ainda, auxiliar o professor na elaboração de materiais pedagógicos/ didáticos após comum acordo entre professor e cuidador. (Batista *et al*, 2021,p. 14).

Logo, não é certo que o cuidador fique a frente da elaboração das atividades, visto que este não possui formação adequada para este fim. Ao observarmos as respostas dos cuidadores participantes notamos que, de acordo com os depoentes, a única que não é responsabilizada pelo planejamento das atividades é Júlia. Esse fato se configura como mais um dos desafios desses funcionários, que além de não possuírem boa remuneração e serem frequentemente confundidos com auxiliares de sala, ainda são submetidos ao planejamento das atividades dos educandos com deficiência, tarefa esta que deve ser organizada pelo professor regente e monitorada pelo acompanhante terapêutico. O acompanhante terapêutico é também um profissional de apoio, que trabalha em prol da inclusão dos educandos da educação especial, ajudando na adaptação curricular e buscando formas de alcançar os objetivos traçados para o desenvolvimento desses estudantes, logo o município de Lagoa de Dentro- PB está delegando tanto a responsabilidade do professor regente quanto do acompanhante terapêutico para o cuidador escolar, e como dito anteriormente, este último não tem a obrigação de planejar atividades pedagógicas, mas de ajudar na alimentação, higienização, locomoção, auxiliar os alunos na realização das atividades pedagógicas, e se assim desejarem, podem ajudar o professor na confecção de alguns materiais pedagógicos.

A resposta de Diego é bastante curiosa, pois ele diz que pelo fato do docente não conseguir acompanhar o desenvolvimento do aluno na sala de aula, este delega sua função de planejamento das atividades do aluno com peculiaridades para ele. De fato, a presença desses novos funcionários da contemporaneidade pode acarretar em um acomodamento por parte dos professores regentes, nessa linha de pensamento Gaio; Meneghetti (2021) afirmam:

A presença de professores especialmente destacados para acompanhar o aluno com deficiência nas atividades de sala de aula [...] é uma alternativa de inserção que vem sendo frequentemente utilizada pelos sistemas organizacionais de todo o mundo. Trata-se, ao nosso ver, de mais uma barreira à inclusão, pois é uma solução que exclui, que segrega e desqualifica

o professor regente da turma e o acomoda, não promovendo mudanças na sua maneira de atuar, uma vez que as necessidades educativas do aluno com deficiência estão sendo supridas pelo educador especializado. (Gaio; Meneghetti, 2012,p. 89.)

Embora o pensamento de Gaio e Meneghetti (2021) esteja relacionado aos professores especializados, acreditamos que esse pensamento pode também ser relacionado aos cuidadores escolares, visto que são profissionais que também atuam em sala de aula mediante a educação especial, e como visto na pesquisa, a eles também são delegadas responsabilidades próprias dos docentes. Do mesmo modo compreendemos que a presença do cuidador escolar pode levar o professor a acomodação, depositando nesse profissional toda a responsabilidade pelo processo educativo do aluno com deficiência.

Isso não significa que os cuidadores não possam contribuir com o docente da sala, pelo contrário, podem, desde que seja para a elaboração de materiais pedagógicos, ou outra atividade que não esteja ligada ao planejamento de atividades curriculares. Para desvelar mais problemas típicos da atuação desses funcionários questionamos sobre quais desafios eles compreendiam que enfrentavam no cotidiano escolar (Ver quadro 14).

Quadro 14: Quais os desafios enfrentados pelos cuidadores no cotidiano escolar?

Participantes	Respostas
Diego	“um dos grandes desafios na maioria das vezes são alguns familiares, que apesar de fazer cobranças a nós cuidadores, sempre entram em divergência com a criança, muita das vezes o agredindo, agindo de forma brusca, e deixando todo o fardo para nós resolvermos na escola”.
Guilherme	“Um dos desafios na maioria do tempo é a hiperatividade do educando, dificilmente fica sentado e presta atenção nas explicações, o que o impede de realizar as atividades”.
João	“Todos os dias somos desafiados com os

	nossos educando, não sabemos como irá chegar na sala, um dos maiores desafios é a falta de interesse do próprio aluno, muitas vezes o mesmo não quer fazer as atividades aplicadas, colocando as dificuldades como por exemplo; que está cansado, esqueceu a caneta, e entre outro. Ao longo do expediente dialogando com o educando para que ele se habilite a fazer as atividades, que não pode ficar sem fazer aquela atividade, incentivando o máximo para que ele se esforce nos estudos para que ele futuramente tenha um caminho brilhante em sua vida profissional”.
Júlia	“A falta de conhecimento sobre o autismo e as demais "especialidades" pelos colegas de trabalho e os alunos da escola, a carência de espaço próprio para auto regulação dos alunos são uma dificuldade.”
Ana	“No meu caso nenhum, más segundo relatos de alguns a família e desregulação é uma das dificuldades”.

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

Diante das respostas de Ana e Diego fica evidente que um dos principais desafios que os cuidadores escolares enfrentam no ambiente escolar está relacionado a convivência com os familiares dos educandos da Educação Especial, pois como bem explicado pelo cuidador Diego, muitas vezes os familiares depositam responsabilidades não condizentes com a função do cuidador na escola, deixando explícito que muitas das vezes o aluno vivencia situações conflituosas em sua residência, e ao cuidador é jogada toda a responsabilidade de apaziguar possíveis comportamentos ou sentimentos inesperados no aluno. É importante salientar que a

família é a primeira escola, por isso ela tem um papel fundamental para a formação do cidadão, além disso, família e escola devem manter uma rede de colaboração em prol do desenvolvimento dos alunos.

Em relação ao aluno, Guilherme diz que um dos principais desafios é a hiperatividade de seu educando. Enquanto cuidadora escolar também pude vivenciar esse desafio na convivência com um aluno com TDAH, este não conseguia se concentrar por muito tempo nas atividades de sala, e logo havia a distração. Mesmo que os cuidadores sejam os profissionais responsáveis para lidar com esses educandos na escola, é inegável que há um desgaste físico e emocional na atuação dessa profissão, porém é importante que mesmo diante do desgaste o cuidador possa se posicionar de forma empática e respeitosa perante as especificidades dos alunos.

Já João fala sobre a falta de interesse dos educandos, de fato, ser cuidador não é uma tarefa fácil, pois esse além de auxiliar o estudante nas atividades de sala, ainda convive com a falta de interesse do mesmo, contudo, é um desafio que necessita de um olhar mais investigativo, pois pode ser que o professor regente esteja aplicando atividades não atrativas ou não adaptadas para este aluno, e por isso há o desinteresse que acaba preocupando o cuidador.

Júlia é a única que remete ao desafio dos cuidadores terem que lidar com a falta de informação da escola em relação as peculiaridades dos educandos. Como já explanado anteriormente, o cuidador escolar é um profissional que surge mediante a educação inclusiva e Especial, por isso para ele é difícil ter que trabalhar em um ambiente que desconsidera ou não compreende bem as dificuldades de seus alunos, e essa desinformação desencadeia também o problema da não compreensão de sua função na escola.

Além disso, Júlia também traz como mais um desafio a falta de um espaço para trabalhar a autoregulação dos educandos. Acreditamos ser de extrema relevância haver na escola esse ambiente, podendo se configurar como uma sala multifuncional ou até mesmo um espaço ao ar livre para que o educando possa controlar possíveis sentimentos ou comportamentos. Enquanto cuidadora pude vivenciar situações de alteração de comportamento por parte de meu aluno Autismo, e não havia também esse espaço adequado na escola para tranquilizá-lo, por isso o aluno ficava ainda mais agitado com o barulho da sala de aula ou até mesmo da escola no geral, porém o problema da falta de infraestrutura das escolas brasileiras não é atual.

Logo, Júlia, diferentemente dos demais participantes, é a única que coloca

como desafio dos cuidadores escolares questões ligadas a escola como um todo, mostrando que os desafios que enfrenta vai muito além da convivência com os familiares ou educandos. Em outras palavras, ela mostra que não adianta a escola somente disponibilizar profissionais para a educação inclusiva, é necessário que essa escola possa superar suas deficiências com relação ao atendimento a diversidade dos educandos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação que desenvolvemos teve o objetivo de compreender o papel do cuidador escolar no processo de inclusão educacional no município de Lagoa de Dentro-PB. Para essa investigação realizamos os seguintes questionamentos: Qual é o papel do cuidador escolar no processo de inclusão educacional? Quais são os desafios e contribuições do cuidador escolar no processo de inclusão de alunos com deficiência no município de Lagoa de Dentro-PB? A partir dessas questões compreendemos como esses profissionais atuavam e quais eram seus maiores desafios perante a atuação nas escolas públicas de Lagoa de Dentro/PB.

Embora a pesquisa de campo tenha sido realizada apenas em uma instituição de ensino deste município (Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Professora Antônia Coelho Pereira), e com uma pequena amostra de cuidadores, acreditamos que ela é importante para conhecimento dessa realidade específica, e que pode assim servir para estudo de outras realidades.

Como mencionado na introdução desse trabalho, essa pesquisa também contou com objetivos específicos que possibilitaram uma melhor compreensão da profissão dos cuidadores escolares. Tais objetivos foram definidos, em linhas gerais, da seguinte forma: conhecer as políticas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva e refletir sobre a profissão de cuidador no município de Lagoa de Dentro-PB, identificando as contribuições e desafios da profissão.

Acreditamos que foi de extrema relevância começar o diálogo com os principais marcos da educação inclusiva, pois com esse conhecimento foi possível compreender todo o processo histórico por trás do ideal de escola que temos hoje. Esse diálogo iniciou-se com a Declaração de Salamanca (1994), indo até os debates mais recentes sobre a necessidade de haver cuidadores nas escolas brasileiras, desvelando que embora o cuidador escolar seja um profissional do século XXI, algumas políticas educacionais do século XX já proclamavam sua aparição para a construção de uma escola mais inclusiva.

Através dos estudos que realizamos constatamos que esses profissionais contribuem significativamente para a melhoria da educação brasileira pública, inclusiva e Especial, garantindo o direito dos educandos com deficiências de possuírem atendimento individualizado nas instituições de ensino, auxiliando-os em suas necessidades educativas e em outras que surgirem, servindo como catalizadores

de seu desenvolvimento cognitivo, social e afetivo, além de atuarem em prol da progressiva formação do sentimento de autoconfiança dos alunos. Esses profissionais também podem se tornar incentivadores do respeito às diferenças na escola e contribuir na elaboração de materiais pedagógicos, servindo como colaboradores do trabalho do professor regente.

Em relação aos desafios que enfrentam na profissão, identificamos uma quantidade significativa, desafios esses ligados ao relacionamento com familiares, falta de conhecimento sobre as peculiaridades dos educandos, infraestrutura escolar e desvalorização do trabalho. Sobre os desafios dos cuidadores Silva; Oliveira (2020) afirmam:

Talvez esse profissional ainda não tenha percebido o seu lugar de fala, tendo em vista a invisibilidade, a má remuneração e a longa jornada de trabalho; entretanto, “mesmo que eles não percebam como tal no sistema educacional- pois a presença deles até agora tem sido ‘desvalorizada’, tendo em vista o vínculo trabalhista adotado para eles e o tipo de remuneração que recebem- eles fazem parte do cenário educacional” (Lima, 2018 apude Silva; Oliveira, 2020, p. 5).

Logo, diante do pensamento de Lima (2018) fica evidente a necessidade dos cuidadores escolares serem mais valorizados pelo sistema educacional brasileiro. Para isso, seria necessário que Estados e Municípios disponibilizassem cada vez mais capacitações contínuas para que eles pudessem realizar um trabalho mais efetivo na vida dos educandos, e também conhecessem bem suas funções na escola. Também seria importante que pudessem desfrutar de um salário que remunerasse melhor suas atividades na escola, e que a comunidade escolar compreendesse melhor seu trabalho e importância.

Por fim, conseguimos refletir sobre o trabalho desses cuidadores, trazendo alguns autores que nos ajudaram a compreender melhor as situações observadas no contexto investigado, e através dessa reflexão reafirmamos a importância dos cuidadores escolares no processo educacional, e necessidade de melhores reconhecimentos.

A escrita desse trabalho monográfico corroborou significativamente para minha formação docente, me mostrando que não basta somente a escola prezar pelo princípio da igualdade, mas que essa igualdade esteja pautada na equidade considerando todas as diversidades da comunidade escolar.

Enquanto futura educadora quero poder levar todo o aprendizado que obtive

em minha formação para a sala de aula, lugar que almejo atuar, e poder assim mediar meus futuros educandos para serem cidadãos que respeitem as diferenças. O trabalho como cuidadora escolar de crianças e adolescentes com deficiências certamente servirá como referência em minha atuação docente na Educação Básica.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Regina Moreira *et al.* **Os jogos e brincadeiras no processo de inclusão escolar.** VI congresso Nacional de Educação. 2019, Fortaleza/CE.

BATISTA, Josélia Fontenele *et al.* **Cuidador de aluno no ambiente escolar: por uma formação ontológica.** 1. Ed. Porto velho, RO: ed. das Autoras, 2021.

BRASIL. **Lei n°. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece a lei de diretrizes e bases da educação nacional, senado federal, Brasília, coordenação de edições técnicas, 2023. Acesso em:
https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf&ved=2ahUKEwispema7_2EAXXArpUCHVPkA0kQFnoECBMQAQ&usg=AOvVaw05uRzDcxXtHW72vlqLfnRk. Disponível em 18 de março de 2024.

BRASIL. **Declaração de Salamanca.** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 11 de março. 2024.

BRASIL. **Projeto Lei n.º 8.014-C, de 2010,** estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar a presença de cuidador na escola, quando necessário, ao educando portador de necessidades especiais. Disponível em:
https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra%3Fcodteor%3D1236844%26filename%3DAvulso%2520PL%25208014/2010&ved=2ahUKEwiK2qb m8v2EAXXJr5UCHYXCCEQFnoECB4QAQ&usg=AOvVaw3ZZPJ4NUMxSHjC wpKoYEsr Acesso em 18 de março de 2024.

BRASIL. **Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em 18 de Março de 2024.

BRASIL, **Decreto n° 7611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm Acesso em: 18 de março de 2024.

BRASIL, **Projeto de Lei n° 011, de 2016.** Cria e regulamenta as profissões de Cuidador de Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador de Pessoa com Doença Rara e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento%3Fdm%3D4037414&ved=2ahUKEwje-Ju-9v2EAXVcjpUCHaYJDo4QFnoECA4QAQ&usg=AOvVaw1Dy0dYZX9m3KJqSEFiX7yY> Acesso em 18 de março de 2024.

BRASIL, **Lei nº 13.146/2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em 18 de março de 2024.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 26 de julho de 2024.

BRASIL, **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm Acesso em: 26 de julho de 2024.

BRASIL, **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm Acesso em: 26 de julho de 2024.

BRASIL, **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível Em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 26 de julho de 2024.

BRASIL, **Portaria normativa nº- 13, de 24 de abril de 2007**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9935-portaria-13-24-abril-2007&Itemid=30192 Acesso em : 26 de julho de 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005/2014**. Plano Nacional de Educação. Disponível em : <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014> Acesso em: 26 de julho de 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 26 de julho de 2024.

BRASIL, **Decreto n° 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei n° 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%203.298%2C%20DE%20,prote%C3%A7%C3%A3o%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs. Acesso em: 27 de julho de 2024.

BRASIL, **Lei n° 559/2020**. Dispõe sobre a criação do cargo de ‘Cuidador de educação inclusiva’ no quadro do magistério público do município de Lagoa de Dentro, Estado da Paraíba, de provimento efetivo, e da outras providências. Acesso em: <https://lagoadedentro.pb.gov.br/leis-2020/> Disponível em: 02 de Ago de 2024.

BRASIL, **Projeto de Lei do senado n° 228, de 2014**. Altera a Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para, quando necessário, assegurar ao educando com deficiência a assistência de cuidador nas escolas. Acesso em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/118223/pdf> Disponível em: 5 de ago de 2024.

BRASIL, **Lei Complementar n° 42/2020 de 24 de março de 2020**. Autoriza a contratação temporária por excepcional interesse público no cargo de ‘Cuidador da educação inclusiva’, criado pela Lei n 558/2020, de 12.03.2020, para apoiar educadoras e educadores na inclusão de crianças, adolescentes e jovens com deficiência na escola comum, e dá outras providências. Acesso em: <https://lagoadedentro.pb.gov.br/leis-2020/> Disponível em: 5 de ago de 2024.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. 13. ed-Porto Alegre:Mediação,2019. p 176.

FREIRE, Kátia Maria de Aguiar; BRITO, Maria Durciane Oliveira; SILVA, Heber Ferreira da. **Acessibilidade e inclusão: a importância do cuidador de crianças com deficiência física na escola**. 2019. Disponível em: <https://revistas.cesmac.edu.br/administracao/article/view/1043>. Acesso em: 11 de março. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G.Krob (orgs). **Caminhos Pedagógicos da Educação Especial**. 8.ed-Petrópolis,RJ: Vozes,2012.

GUGEL, Maria Aparecida. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade**. 2007. Disponível em: https://www.ampid.org.br/ampid/Artigos/PD_Historia.php. Acesso em: 11 de março.

2024.

MARTIZ, Lúcia de Araújo Ramos; PIRES, José; PIRES, Gláucia Nascimento da Luz; MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. **Inclusão: compartilhando saberes**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

MEC/ SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf&ved=2ahUKEwjV6_jsnpKFAXWhLbkGHYeGA7UQFnoECBoQAQ&usg=AOvVaw01Z6hnLxULWLUID0SqAkBv Acesso em 26 de março de 2024.

MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf> Acesso em: 26 de julho de 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, Método e criatividade**. Petrópolis, Vozes, 2002.

Rosembach, Carla; Rosembach, Ione; Bonfim, Lucilia Maria Goulart de Andrade. **Ludicidade na educação especial**. 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Como chamar as pessoas que tem deficiência?** Diversa, educação inclusiva na prática, 2013.

SILVA, Kévvia Dawlay Lima da; OLIVEIRA, Kalina de França. **A capacitação dos cuidadores escolares e sua implicação na construção de uma educação inclusiva**. VII Congresso Nacional de Educação. 2020, Maceió-AL.

APÊNDICES

Questionário para os Cuidadores Escolares da E.M.E.I.F professora Antônia Coelho Pereira, situada no município de Lagoa de Dentro-PB.

1. Qual a sua formação? Como conseguiu a vaga para cuidador?
2. Há quanto tempo trabalha nesse cargo?
3. Qual o diagnóstico, série/turno e idade de seus educandos?
4. Você sabe qual o papel do cuidador escolar? Se sim, explique
5. Como os cuidadores contribuem para a inclusão e desenvolvimento dos educandos que necessitam de assistência?
6. Quais materiais didáticos utilizam para ajudar os educandos?
7. Como é seu relacionamento com o educando? Você consegue identificar possíveis sentimentos nele? (medo, raiva, alegria) Ao identificar como reage diante disso?
8. Quais são as ações que você realiza na escola?
9. Você acha que sua atuação no contexto escolar é confundida com a de um auxiliar de sala?
10. Quanto você recebe atualmente trabalhando no cargo de cuidador escolar? Acha que o valor está bom? por quê?
11. O município oferece formações contínuas para os cuidadores escolares? Acha necessário? Por quê?

12. Os cuidadores se dedicam a se especializar e aprender mais sobre as especificidades dos educandos assistidos? Se sim, por quais meios?
13. Quem é responsável pelo planejamento das atividades do educando com deficiência, você, o docente ou ambos?
14. Quais os desafios enfrentados pelos cuidadores no cotidiano escolar?